



FAEP

**FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ**

• RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015 •



Catálogo de Fonte

F293 Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2015 / Federação da Agricultura do
Estado do Paraná. – Curitiba : FAEP , 2015. – 84 p. ; ilust.

ISBN 978-85-98064

1. Relatório de atividades. 2. Agricultura-Paraná. 3. Federação de agricultores.
I. Relatório. II. Federação de Agricultores do Estado do Paraná. III. Título.

CDU633/635 | CDD630

IMPRESSO NO BRASIL – DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



DIRETORIA

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-presidentes

Guerino Guandalini
Nelson Teodoro de Oliveira
Francisco Carlos do Nascimento
Ivo Pierin Júnior
Paulo Roberto Orso
Oradi Caldato

Diretores-Secretários

Livaldo Gemin
Mar Sakashita

Diretores-Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia
Julio Cesar Meneguetti

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santarozza
Lauro Lopes
Ana Thereza da Costa Ribeiro

Delegados Representantes

Ágide Meneguette
João Luiz Rodrigues Biscaia
Francisco Carlos do Nascimento
Renato Antônio Fontana

ÍNDICE



Meio Ambiente

12

Cadastro Ambiental Rural	12
Lei Florestal do Paraná	13
Decreto Regulamenta Programa de Regularização Ambiental para o Estado	13
Zoneamento Ecológico Econômico	14
Plante seu Futuro	15
Legislação de Preservação de Solos	17
APA da Escarpa Devoniana	18
Bacias Hidrográficas	18
Piscicultura	19



Propostas de Políticas Públicas e Agrícolas

20

Propostas para Plano Agrícola e Pecuário e Plano Safra 2015/2016	20
Política para Triticultura Nacional e demais Culturas de Inverno	20
Preços Mínimos do Trigo	21
Dívida Ativa da União	21
Atuação da FAEP em relação à venda casada nos bancos	21
Zoneamento Agrícola de Risco Climático	22
Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro)	23
Proagro para Olericultura	24
Comissão Especial de Recursos do Proagro	24
Declaração de Aptidão do Pronaf	24
Seguro Agrícola de Milho Safrinha	25
Seguro Agrícola da Soja	26
Ação Junto às Companhias Seguradoras	27
Seguro Agrícola do Trigo	28
Atuação da FAEP na mudança de regras do Plano Trienal do Seguro Rural	29



Sanidade Agropecuária

30

Campanha Vazio Sanitário da Soja	30
Proibição cultivo da soja 2ª safra	30
Ações de Manejo e Controle do Greening	31
Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSAs)	32
Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná (FUNDEPEC-PR)	32
Conselho Estadual de Sanidade Suína (Coesui)	33
Conselho Estadual de Sanidade Avícola (Coesa)	33



Logística e Infraestrutura

34

Rodovias	34
Ferrovias	35
Conselho de Administração da APPA	36
Reunião dos CAPs de Paranaguá e Antonina	36
Porto de Antonina	37
Poligonal do Porto de Paranaguá	37



Insumos

38

Reserva de Sementes Próprias	38
Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente (Minor Crops)	38
Conjuntura Agropecuária	39



Custos de Produção

40

Custo de Produção de Avicultura e Suinocultura	40
Projeto Campo Futuro	41
Custos de Produção de Cordeiros no Paraná	42



Consecana / Conseleite

43

ÍNDICE



Comissões Técnicas

44

Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite	44
Aliança Láctea Sul Brasileira	45
Comissão Técnica de Cafeicultura	46
Comissão Técnica de Caprinocultura e Ovinocultura	46
Comissão Técnica de Avicultura	47
Projeto Geradores de Energia Elétrica	48
Projeto de Lei nº 6.459/2013 - Lei das Integrações	49
Comissão Técnica de Hortifruticultura	49
Rotulagem de frutas e hortaliças "in natura"	50
Comissão Técnica de Suinocultura	51
Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte	52
Plano Integrado de desenvolvimento da Bovinocultura de Corte no Paraná	53
Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas	54
Comissão Técnica de Cana-de-açúcar	55
Programa de Reativação da Expansão do Setor Sucroenergético do Paraná	56
1º Simpósio de Biomassa e Cogeração de Energia	58
Comissão Técnica de Meio Ambiente	58



Eventos e Representações da FAEP

59

Representações da FAEP	59
Participação na FPA/IPA	60
Comissão de Política Agrícola	60
Comissão de Meio Ambiente	61
Comissão de Infraestrutura e Logística	62
Comissão de Defesa Agropecuária	63
Comissão de Direito de Propriedade	64
Comissão Trabalhista	65
Eventos Técnicos e Congressos	66
Rede Paranaense de Agropesquisa	67
Conselho do Parque Nacional de Ilha Grande	67
Sistema FAEP Participa da Capacitação de Técnicos da Adapar	67
I Congresso Estadual de Agropecuária	68
Seminários Tendências de Mercado de Grãos	68
Seminário Mercado de Grãos	69
XXIX Congresso Brasileiro de Agronomia	69



Eventos Internacionais e Recepção de Grupos Estrangeiros

70

42ª Cosalfa	70
75ª Reunião Extraordinária da Cosalfa	70
83ª Sessão Geral da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)	71
Recepção de Grupos Estrangeiros	71



Sindical

72

Capacitações	72
Imposto de Renda	72
Departamento de Pessoal	72
DP/Inkra	72
Municipalização do Imposto Territorial Rural	72
ITR/INCRA	73
Processo Eleitoral	73
Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) / Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)	74
Valor da Terra Nua (VTN 2015)	74
Casa em Ordem	75
Contabilidade Sindical	75



Jurídico

76

Regularização Fundiária em Guaira	76
Audiência pública	77
Faixa de Fronteira	77
Tribunal Regional do Trabalho (TRT)	78
Ação Civil Pública	78
Municipalização ITR	78
Ações Conjuntas	78



Comunicação Social

79

Comunicação Digital	79
Material Intitucional	80





FAEP

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ





Foi um ano difícil, caracterizado por tantos escândalos políticos e embates econômicos que ainda não sabemos nem dimensionar os reflexos da crise. Segundo os especialistas, o horizonte para 2016 continua nebuloso, marcado pelas incertezas políticas e econômicas.

Mais uma vez, quem segura as pontas é o agronegócio. Até quando continuaremos como salvadores da pátria não sabemos, mas o Sistema FAEP continua desempenhando seu papel.

Quem conhece a FAEP sabe que temos duas características principais que são a marca da nossa entidade. Não somos de apontar erros sem trabalhar soluções, mas sempre apresentamos projetos respaldados em pareceres técnicos e com propostas viáveis.

Nossa segunda marca é o posicionamento: não temos medo de ter atitude, sempre com a consciência tranquila de que defendemos o que é melhor para o produtor rural e para o Paraná. É assim que enfrentamos a crise.

Este ano não foi diferente. Trabalhamos algumas frentes que consideramos prioritárias para o desenvolvimento do agronegócio e, consequentemente, do nosso Estado. Infraestrutura, gestão da propriedade, estímulo à pesquisa e programas de desenvolvimento das cadeias produtivas.

Mantivemos nossas ações em defesa do produtor rural e tivemos também nossos embates em função disso, começando pela infraestrutura. No caso específico dos pedágios, defendemos a repactuação dos contratos atuais como caminho para uma nova renegociação, que permita a redução das tarifas e o início imediato de novas obras. Somos o setor mais atingido quando se trata de rodovias, é por elas que

escoamos toda a nossa produção. E não temos como diluir os custos nos preços de nossos produtos.

Neste ano também conseguimos a prorrogação do prazo para o preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e participamos efetiva e intensamente do decreto que regulamentou o Programa de Regularização Ambiental do Paraná, que trouxe maior segurança ao produtor rural.

Estimulamos o desenvolvimento das principais cadeias produtivas com programas como o de Reativação da Expansão do Setor Sucroenergético, considerando que um dos desafios do futuro é o desenvolvimento de novas fontes de energia renováveis.

O Plano Integrado de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte também é o vislumbre da oportunidade que teremos como produtores de carne diferenciada e de qualidade.

A Rede Paranaense de Agropesquisa também foi uma ação que trará resultados práticos a todos, colocando o Paraná na vanguarda do agronegócio. A começar por temas como manejo e conservação de solos, que, pela sua importância será uma das prioridades da Rede e da FAEP em 2016.

Esses são alguns dos temas que você verá nesse relatório das ações que desenvolvemos em 2015. Espero que ele dê uma ideia do empenho de nossos técnicos, sindicatos e diretoria para que possamos produzir cada vez mais e melhor.

Ágide Meneguette

Presidente Sistema FAEP



MEIO AMBIENTE

Cadastro Ambiental Rural



O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais com a finalidade de integrar as informações ambientais da situação das Áreas de Preservação Permanente (APP), áreas de Reserva Legal (RL) e áreas consolidadas das propriedades. Criado pela Lei 12.651/2012, o CAR se constitui em base estratégica de dados para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, no planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.

• SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO

Inicialmente, o prazo para realizar o CAR ia até 5 maio de 2015, prorrogável por mais 1 ano de acordo com a lei. À medida que a data se aproximava, notou-se que grande parte dos produtores ainda não havia cumprido a exigência. A FAEP se posicionou para evitar insegurança para o produtor rural, levando informações ao Ministério do Meio Ambiente sobre os erros que o programa de computador apresentava e capacitando vários profissionais para o preenchimento correto do CAR.

Percebendo que, mesmo com todos os esforços, não seria possível a realização do cadastro de todas as propriedades rurais, a FAEP pressionou mediante ofícios ao Ministério do Meio Ambiente e solicitou aos parlamentares da bancada paranaense e da Frente Parlamentar da Agropecuária que se sensibilizassem em relação à necessidade de prorrogação, de acordo com a lei. Em 4 maio de 2015 foi publicada a portaria nº 3 do Ministério do Meio Ambiente, estendendo o prazo até 5 de maio de 2016.

• CAPACITAÇÕES

Diante da prorrogação e da proposta de capacitar maior número de instituições tais como prefeituras, Emater, IAP e outros, a FAEP treinou instrutores para esclarecer as principais dúvidas, apresentar as mudanças e atualizações do sistema operacional do CAR. O objetivo era preparar as instituições para orientar o produtor rural. A capacitação teve duração de 16 horas. Foram treinados mais de três mil profissionais, entre técnicos e funcionários de sindicatos rurais, prefeituras, cartórios, bancos, Emater, Fetaep, membros da polícia ambiental e profissionais liberais.

Lei Florestal do Paraná

No dia 10 de novembro de 2014 foi sancionada a Lei Estadual 18.295/2014, permitindo a adequação dos imóveis rurais do Estado ao novo Código Florestal Brasileiro. Os técnicos da área ambiental do Estado e a FAEP ao longo de 2015 discutiram a regulamentação dessa lei e a revisão das portarias que não se enquadravam à lei federal nº 12.651/2012.

Decreto regulamenta Programa de Regularização Ambiental para o Estado



A FAEP participou ativamente da construção do Decreto nº 2.711, assinado pelo governador Beto Richa no dia 4 de novembro, que implanta o Programa de Regularização Ambiental (PRA) do Estado do Paraná, regulamentando a Lei Estadual 18.295/2014. A elaboração do Decreto contou com a participação das secretarias de Meio Ambiente, Agricultura, Casa Civil e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), além da contribuição decisiva do setor produtivo, representado pela FAEP e pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar).

Para orientar os produtores rurais sobre as normas e definições do Decreto a FAEP produziu matérias no Boletim Informativo, entrevistas em áudio encaminhadas aos sindicatos e à imprensa. Além disso, elaborou um encarte especial de orientação aos produtores e realizou videoconferência esclarecendo as principais dúvidas de produtores e sindicatos rurais.

Um dos problemas mais sérios que o Decreto nº 2.711 resolve diz respeito aos Termos de Compromisso (TC) que foram assinados com base nas exigências do antigo Código Florestal, revogado em 2012. Os produtores que tem TC averbados por exigência do Sisleg deverão solicitar a substituição do Termo, se necessário, direto ao IAP, se adequando ao novo Código Florestal.

Os TCs assinados obrigavam os proprietários rurais a implantar Reserva Legal (RL) correspondente a 20% da área da propriedade, além de reconstruir Áreas de Preservação Permanente (APPs), matas ciliares e encostas. As dimensões de APP exigidas pelo antigo Código eram abusivas, chegando a 500 metros à beira de grandes rios.



O novo Código deu um tratamento mais equânime, com a criação da figura das propriedades consolidadas, áreas abertas e utilizadas antes de 22 de julho de 2008, cujas dimensões de APP são menores, com limite máximo de até 100 metros. A regra também prevê isenção de recomposição da Reserva Legal (RL) para propriedades rurais de até quatro módulos fiscais (em média 72 hectares no Paraná). As propriedades acima de quatro módulos passam a ter o direito de somar as APPs para formar a Reserva Legal, com um total de 20% de toda a área.

O processo foi iniciado com a assinatura pelo governo do Estado do Decreto nº 8.680, de 6 de agosto de 2013, revogando o Sisleg e implantando o CAR no Paraná.



Zoneamento Ecológico Econômico

A FAEP solicitou à Secretaria de Estado do Meio Ambiente a criação de um grupo de trabalho para rediscutir o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e sugerir ações para implantá-lo no Estado, antes de submeter o projeto novamente a audiências públicas. Em julho de 2015 a comissão executora, com a participação de 15 técnicos, apresentou a proposta do ZEE para a FAEP. Nessa reunião foram discutidos todos os pontos discordantes. E em agosto a FAEP solicitou, através de ofício, modificações importantes, tais como:

• BIOCOMBUSTÍVEL

A FAEP não concordou com restrição ao uso de produtos alimentícios para produção de biodiesel, argumentando que se trata de decisão de mercado. Já temos o exemplo da cana e de milho, que são produtos alimentícios usados também na obtenção de combustível. A proposta da FAEP é estimular a produção de biocombustível de origem vegetal, sem restrições.

• ÁREAS ÚMIDAS

A FAEP propõe que as áreas úmidas que já vinham sendo utilizadas antes de 22 de julho de 2008 sejam consideradas áreas consolidadas e permaneçam com as atividades vigentes de produção agrossilvopastoril, conforme determina a Lei Estadual nº 18.295/2014.

• SOLOS

Para os efeitos do ZEE, a FAEP recomenda que o uso de solo seja baseado nas boas práticas agrícolas de conservação de solo e água existentes, sem restrições quanto à ausência de nutrientes e de solos pouco profundos. Nas regiões consideradas impróprias para a agricultura, a entidade recomenda que seja incentivada a pesquisa para implantar sistemas agroflorestais, silvopastoris e de manejo florestal, tais como palmito, erva mate e araucária, além de seringueiras e espécies exóticas de valor comercial.

• UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O ZEE recomenda a criação de novas unidades de conservação. A FAEP argumentou que o Estado já possui 15% de seu território com unidades de conservação, sendo muito mais importante regulamentar, aprovar planos de manejo e gerenciar as já existentes.

• LEGISLAÇÃO

A FAEP solicitou que as legislações citadas no projeto sejam as vigentes na época da publicação do ZEE, dessa forma devem ser suprimidas todas as menções a textos revogados. Da mesma forma, a organização sugere evitar mencionar normas infralegais, como resoluções e portarias, e respeitar a possibilidade legal de compensação de Reserva Legal fora do Estado, mantendo apenas como requisito a manutenção da floresta no mesmo bioma, e que proprietários de áreas acima de Quatro módulos fiscais possam compensar a Reserva Legal fora da propriedade, conforme consta na Lei Federal nº12.651/2012.



Plante Seu Futuro

Em novembro de 2013, o Governo do Paraná lançou a campanha Plante Seu Futuro, com o objetivo de unir o conhecimento da pesquisa com as necessidades do produtor, difundir as tecnologias disponíveis, capacitar técnicos, produtores e trabalhadores rurais em boas práticas agrícolas. O Sistema FAEP participa desde o começo do Plante Seu Futuro, apoiando na divulgação do projeto, dos eventos e capacitações e participando do grupo gestor da campanha.

A motivação para o lançamento da campanha veio de situações observadas nos últimos anos em propriedades rurais de algumas regiões, tais como o aumento da erosão, que resulta em perdas de solo e contaminação dos mananciais de água, uso inadequado de agrotóxicos, baixa qualidade nas aplicações de defensivos, diminuição de inimigos naturais e aumento de pragas.

Na campanha foram definidos três grupos temáticos a serem trabalhados: Gestão de Solos e Água; Controle de



Formigas Cortadeiras e Manejo Integrado nas Culturas, que trabalha integradamente as práticas de Manejo Integrado de Doenças (MID), Manejo Integrado de Plantas Invasoras (MIPI), Manejo Integrado de Tecnologias de Aplicação (MITA) e Controle de Perdas em Colheita (CPC). As ações realizadas no Plante seu Futuro incluem:

• GRUPO TEMÁTICO CONTROLE DE FORMIGA CORTADEIRA



As formigas cortadeiras (saúvas e quenquéns) ocorrem em todo o Paraná, principalmente no arenito nas regiões de Paranavaí e Umuarama, e têm sido foco de preocupação para as diversas atividades agrícolas, além de estarem presentes nas Áreas de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (RL) e nas áreas urbanas. A FAEP,

SENAR-PR, Emater e Adapar compõe o grupo temático controle de formiga cortadeira, que tem como objetivo propor as ações dentro das diretrizes da Campanha Plante Seu Futuro.

No ano de 2015 foi realizado um trabalho piloto de acompanhamento nas propriedades sobre a situação, manejo e controle de formigas cortadeiras, com foco de atuação inicialmente, em uma microbacia da região de Umuarama, no município de Perobal, microbacia Bela Vista, e uma microbacia da regional de Paranavaí, no município de Paraíso do Norte, a microbacia Palmital. Esse acompanhamento foi realizado por técnicos que analisaram a situação junto com os produtores e orientaram para a realização do controle dos formigueiros de maneira adequada.

Os resultados da ação piloto foram positivos, reduzindo a infestação pelo controle de formigueiros. A proposta do Grupo Técnico é de ampliação dessa iniciativa para outras regiões do Estado.

Em outubro, o Sistema FAEP/SENAR-PR realizou, em parceria com a Emater e a Adapar, um curso piloto no Centro de Treinamento Agropecuário (CTA) de

Assis Chateaubriand para 25 profissionais e seis fiscais agropecuários. Eles foram preparados para “Elaboração do Plano de Manejo de Formigas Cortadeiras no Estado do Paraná, estando aptos para atender produtores notificados pela Adapar e precisam elaborar o plano atendendo a Portaria da Adapar nº 212/2015 que exige a medida.

• GRUPO TEMÁTICO MANEJO INTEGRADO NAS CULTURAS

O Grupo Temático Manejo Integrados nas Culturas atua na difusão de técnicas preconizadas nos Manejo Integrado Doenças (MID), Manejo Integrado de Plantas Invasoras (MIPI), Manejo Integrado de Tecnologias de Aplicação (MITA) e Controle de Perdas em Colheita (CPC). Na safra de soja 2014/2015 foram instaladas mais de 159 unidades de referência (URs) em propriedades rurais, distribuídas em todas as regiões do Estado. As URs realizam o monitoramento de pragas e doenças e, após a análise dos dados, é indicado o melhor método de controle. As informações são difundidas para técnicos e produtores por meio de um informativo semanal elaborado pela equipe regional da Emater e também em dias de campo regionais.

• GRUPO TEMÁTICO GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA

O grupo Gestão de Solo e Água tem o objetivo de trabalhar conceitos que promovam a preservação e a conservação do solo e da água nas propriedades rurais. Programas e técnicas de manejo e conservação de solo e água que fizeram do Paraná referência na preservação desses recursos naturais deixaram de ser realizados, permitindo a volta dos problemas como a erosão e o assoreamento dos cursos d'água.

Legislação de preservação de solos

A necessidade de se rediscutir a Portaria nº 272/2014 da Adapar nasceu no estudo do item elaboração do projeto de "Planejamento Conservacionista de Solos e Água" durante o treinamento piloto realizado pelo Sistema FAEP/SENAR-PR com 20 técnicos com ha-

bilitação para elaboração e execução de projetos de uso, manejo e conservação do solo agrícola, atendendo solicitação da Adapar.

A capacitação foi para aperfeiçoar o conhecimento dos participantes em solos através dos itens mínimos necessários para elaboração do Planejamento Conservacionista de Solos e Água (PCSA), obedecendo a Portaria nº 272/2014 da Adapar, resultado da constatação de falta de profissionais habilitados para cumprir as exigências técnicas impostas pela portaria.

Do curso saíram uma série de sugestões de alterações da Portaria nº 272/2014, que dispõe sobre a fiscalização do cumprimento da legislação paranaense de preservação do solo agrícola pelo seu uso adequado em cumprimento à Lei Estadual nº 8.014/1984 que foram consideradas pertinentes pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR) aceitou as alterações sugeridas pela FAEP que foram contempladas no Anexo 02 – Itens Mínimos do Planejamento Conservacionista de Solos e Água.





ológicos, espécies raras, casas históricas); e, por último, o grupo que organiza os dados levantados e justifica com argumentos os motivos do tombamento.

A FAEP já vinha trabalhando desde 2012 na definição do perímetro da APA e agora questiona os limites sugeridos no processo de tombamento. A localização dos marcos de divisas não corresponde à realidade demonstrada em um levantamento efetuado pela Fundação ABC. A mesma fundação realizou, a pedido do IAP, o levantamento da área com imagens de satélite identificando mais de 700 pontos de áreas com afloramentos de escarpa. A Fundação apresentou proposta de que as submicrobacias devem ser o principal elemento natural que deve delinear a linha do perímetro da escarpa e definir as classes de uso de solo e aptidões que devem permanecer ou sair do perímetro.

APA da Escarpa Devoniana

Em setembro de 2014 foi publicado em Diário Oficial do Paraná, o processo de tombamento da Área de Preservação Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana, nos Campos Gerais. Pelo fato de o setor produtivo não ter sido consultado a respeito e nem fazer parte do Conselho da APA, a FAEP e as entidades do setor produtivo solicitaram participação no processo. A Secretaria de Cultura publicou a Resolução nº 0215/2015, designando a FAEP como membro participante.

Em março de 2015, ocorreu reunião interna com participação da FAEP definindo-se três grupos de trabalho: um para estabelecer o perímetro e critérios técnicos do que deve ser tombado; outro ficou encarregado de normatizar os objetos sugeridos para o tombamento (sítios arque-

Bacias Hidrográficas

• BACIA HIDROGRÁFICA DO PARANAPANEMA

O comitê da Bacia Hidrográfica do Paranapanema, instituído por Decreto da Presidência da República em 5 de junho de 2012, é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, nos termos da Lei Federal nº 9.433/1997.

O comitê foi constituído por 50 representantes titulares e suplentes dos estados do Paraná e São Paulo, nos vários segmentos de usuários. Além da FAEP, que tem a vaga no comitê da bacia, o setor está representado nas sub-bacias do Piraponema, Norte Pioneiro e Tibagi pelos sindicatos rurais de Londrina, Maringá e Cambará. O comitê reuniu-se nos dias 30 e 31 de julho buscan-

do ouvir empresa contratada pela Agência Nacional de Águas (ANA) para elaborar o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Unidade de Gestão da Bacia do Paranapanema.

O objetivo é estruturar uma base de dados que caracterize a situação dos recursos hídricos estabelecendo metas de melhoria da qualidade e aumento da capacidade de produção de água para atender as demandas de usuários de diferentes segmentos.

A FAEP participou dos eventos promovidos pelo Instituto das Águas do Paraná sobre o “Uso da Água na Agropecuária” nos sindicatos rurais de Ponta Grossa e Londrina.

• BACIA DO TIBAGI

O Instituto das Águas do Paraná, em reunião do Comitê, realizada em junho, no Iapar de Londrina, apresentou ao Comitê Gestor, informações de que o rio Tibagi perdeu a classificação de décadas atrás de um dos rios menos poluídos diante de índices de maior poluição. Foram realizadas duas audiências públicas, uma em Londrina, no dia 19 de outubro e, outra em Ponta Grossa no dia 20 de outubro, para ouvir as propostas da população e interessados sobre o assunto.

A discussão colocou o setor industrial e da agropecuária como os principais responsáveis pelos poluentes, cabendo a agropecuária o ônus dos poluentes da dissolução de fósforo provenientes dos fertilizantes utilizados e dos dejetos de animais, não se comprovando no entanto se a carga é totalmente da agropecuária ou de dejetos de esgoto urbano e nem quais os locais que provocam tal poluição. A FAEP argumentou que enquanto as evidências não provarem que realmente provém do setor, nenhuma medida pode-se tomar frente as avaliações do diagnóstico do enquadramento dos rios. A solução é ou rebaixar a categoria do Tibagi ou realizar

investimentos para que ele permaneça na classe dos menos poluentes.



Piscicultura

A piscicultura paranaense vem se destacando no cenário nacional com a produção de tilápias. Segundo a Emater, o Paraná, maior produtor do país, com 57.200 toneladas em 2014, responde por 11% da produção nacional. Em 2015, as 22 indústrias e frigoríficos localizados na região Oeste do Estado processaram 149 t/dia, envolvendo mais de 1.300 produtores.

A FAEP tem participado de reuniões com a Emater e com Sindicatos Rurais, estabelecendo relações técnicas para incrementar a cadeia de piscicultura. A FAEP participou do Projeto Campo Futuro, avaliando os custos de produção da criação de tilápias nos sindicatos rurais de Londrina, Assis Chateaubriand e Palotina.

Em 15 de outubro foi realizado em Toledo o evento “Dia de Mercado da Aquicultura”, uma parceria entre a CNA, FAEP, Sindicato Rural e Emater. O encontro reuniu mais de 160 produtores que foram atualizados sobre custo de produção e tendências de mercado.



PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRÍCOLAS

Propostas para Plano Agrícola e Pecuário e Plano Safra 2015/2016



A Federação, em conjunto com a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) e a Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab), elabora anualmente um documento de Propostas ao Plano Agrícola e Pecuário, com o objetivo de contribuir para adequação das diretrizes

de política agrícola adotadas no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (MAPA) para cada safra.

Em 2015, a elaboração das propostas teve início em janeiro. O documento foi enviado a sindicatos rurais, comissões técnicas, cooperativas e técnicos para o recebimento de sugestões até o mês de fevereiro. O documento consolidado foi entregue ao governo no começo de março, contemplando mais de 100 propostas sobre crédito rural, apoio à comercialização e seguro rural. Entre os pedidos feitos ao governo estavam a maior disponibilização de recursos, considerando a elevação dos custos de produção, e a manutenção da taxa de juros do crédito rural no mesmo patamar da safra 2014/2015, sem aumentos.

Com o lançamento do PAP, em 2 de junho de 2015, vieram o aumento da taxa de juros em até 3,5 pontos percentuais e o aumento de 20% dos recursos disponibilizados ao crédito rural somando R\$ 187,7 bilhões. Na safra 2014/2015 foram disponibilizados R\$ 156 bilhões. Para custeio e comercialização foram disponibilizados R\$ 94,5 bilhões a juros controlados, mais que os R\$ 88,9 bilhões da safra 2014/2015. Com juros livres foram disponibilizados R\$ 53 bilhões contra os R\$ 23 bilhões disponibilizados na safra 2014/2015.

A FAEP criticou o aumento dos recursos controlados para o custeio em apenas 7,2% em relação à safra 2014/2015, já que esse percentual não cobria o aumento dos custos de produção, que ficou próximo a 15% para a safra 2015/2016. A insatisfação também foi apontada em relação ao aumento da taxa de juros para as linhas de custeio e de investimentos.

Política para Triticultura Nacional e demais Culturas de Inverno

Com exceção das safras 2013 e 2014, a área de plantio do trigo vem sendo reduzida em função do desestímulo ao plantio do cereal, com preços que não cobrem o custo de produção e uma Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) ineficiente. Além disso, adversidades climáticas, dificuldades logísticas, de armazenagem, de infraestrutura



e a concorrência com o produto importado têm sido os desafios para a ampliação da produção nacional.

O apoio governamental, por meio de políticas públicas, é fundamental para ampliar a produção brasileira, reduzir a dependência externa e estimular a competitividade perante outros países com subsídios à produção. Diante disso, a FAEP, em conjunto com a Ocepar e a Seab elaborou as “Propostas de Políticas Públicas para a Triticultura Nacional e Demais Culturas de Inverno, Safra 2015”. Este documento foi submetido à análise dos sindicatos rurais, produtores, cooperativas e técnicos, para o envio de sugestões.

As propostas foram enviadas ao governo em fevereiro de 2015. O documento contemplou solicitações em relação ao apoio à comercialização, aos preços mínimos, às salvaguardas às importações de trigo, ao financiamento, ao seguro rural, entre outros. O mesmo trabalho foi realizado em agosto, com o objetivo de entregar ao governo federal a proposta de políticas agrícolas para o trigo. O documento foi entregue em 13 de outubro ao MAPA, constando com mais de 30 sugestões de políticas para o trigo nacional, destacando a necessidade de um plano plurianual para a cultura.

Preços Mínimos do Trigo

Em relação aos preços mínimos do trigo, a FAEP destacou a necessidade que sua divulgação anteceda as datas de plantio no Estado e também que houvesse a previsão de recursos para o apoio à comercialização nos momentos necessários. A divulgação dos valores da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para a safra 2015/16 ocorreu em maio, quando cerca de 30% da área já havia sido plantada no Estado, conforme dados da Seab. Além do prazo, o índice do reajuste também foi problemático: 4,57% para o trigo tipo 1 da classe, abaixo da elevação do custo de produção, abaixo da variação dos preços dos insumos e abaixo até mesmo da inflação acumulada no ano. A FAEP solicitou que os preços mínimos fossem novamente reajustados, e que houvesse a previsão de recursos para o apoio à comercialização da cultura.

Dívida Ativa da União

Muitos produtores tiveram operações de Securitização ou do Programa de Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), originárias do crédito rural, inscritas em Dívida Ativa da União (DAU). Oportunidades de liquidação ou renegociação da DAU, com base nos descontos e condições oferecidas pela Lei nº 11.775/2008, ocorreram nos anos de 2010, 2011 e 2013 para operações que foram inscritas até outubro de 2010. Entendendo que muitos produtores tiveram suas operações inscritas após outubro de 2010, a FAEP solicitou que o prazo para negociação fosse reaberto.

Esse pedido foi baseado em eventos como a estiação ocorrida no Paraná na safra 2011/2012, que afetou a capacidade de pagamento dos produtores. O Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio de resoluções, a autorizou a prorrogação de operações de custeio e investimento. Em 20 de junho de 2014, o pedido da FAEP foi integralmente atendido, com a publicação da Lei nº 13.001/2014 que permitiu a renegociação e liquidação de DAU até 31 de dezembro de 2015, para as dívidas inscritas até a data de 20 de junho de 2014. A FAEP divulgou amplamente a nova oportunidade de negociação, orientando os produtores sobre o atendimento junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Atuação da FAEP em relação à venda casada nos bancos

No meio rural são comuns os casos de produtores que financiam a produção com linhas de custeio ou investimento e se veem envolvidos com a venda casada de produtos bancários, que costuma ocorrer durante a negociação da liberação e assinatura do contrato de financiamento. A prática abusiva obriga o cliente a adquirir títulos de capitalização, consórcios ou aplicar parte do crédito rural em investimentos como poupança, fundos de investimento ou planos de previdência privada, dentre outros.

A liberação de crédito rural condicionada à compra de produtos bancários, exceto os previstos em lei ou como garantia de operações, configura prática proibida por lei. Diante disso, a FAEP orientou os produtores rurais a denunciarem os abusos e, para tanto, publicou reportagem especial sobre venda casada no Boletim Informativo 1.309, que circulou entre 13 de julho a 20 de julho. Foi recomendado aos sindicatos que entregassem aos agentes financeiros da região um exemplar da edição. Os produtores que procurassem os sindicatos rurais não precisariam mais se identificar para fazer a denúncia, bastando informar para a FAEP o agente financeiro, agência, funcionário, situação de venda casada que foi imposta para liberar o crédito e mês da ocorrência.

Iniciativa similar foi realizada pela FAEP em anos anteriores e muitas regiões do Paraná já apresentaram sensível melhoria no atendimento aos produtores, algumas com o fim da venda casada, conforme relatos de produtores e sindicatos. Além disso, o Banco do Brasil anunciou a desvinculação das metas das agências e da remuneração variável dos funcionários quando da venda de títulos de capitalização aos clientes enquadrados como produtor rural. Essa decisão foi resultado das ações da FAEP para extinguir a venda casada.

Zoneamento Agrícola de Risco Climático

Desde sua criação, em 1996, o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) firmou-se como um importante instrumento de gestão de riscos na agricultura, sendo exigido o cumprimento das diretrizes ali estabelecidas para que os agricultores façam jus ao Proagro, Proagro Mais, seguro agrícola e à subvenção federal ao prêmio do seguro rural.

A FAEP tem focado as reivindicações em aspectos como a inclusão de municípios das regiões Oeste e Noroeste como aptos ao plantio de milho 2ª safra, já que a área cultivada é significativa e o histórico de várias safras confirma a boa produtividade da cultura na região.

Outra solicitação é quanto à necessidade de revisão das portarias do zoneamento para as principais culturas, já que a capacidade de a ciência criar variedades cada mais adaptadas a diversas épocas de plantio não vem sendo acompanhada por estudos do ZARC para validação desses novos períodos para semeadura. Essa situação, que tem obrigado a reedição das mesmas portarias desde 2013, tem sido justificada pelo MAPA como resultado do desligamento da empresa responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos técnicos do ZARC.





Em 2015 a FAEP realizou novo levantamento do ZARC junto aos Sindicatos Rurais, colhendo 19 novas demandas referentes às culturas de soja, milho, milho 2ª safra, feijão, arroz irrigado, trigo, café, ameixa, abacaxi, banana, maracujá e caqui. As demandas foram encaminhadas pela FAEP ao MAPA, com solicitação de urgência no atendimento. Em julho, a FAEP novamente cobrou ações efetivas do MAPA, reencaminhando o ofício. Em setembro, o MAPA encaminhou ofício de resposta à FAEP, tendo atendido parcialmente as demandas de soja e prometendo estudos para as outras demandas.

Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro)

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) tem como finalidade exonerar o produtor das obrigações financeiras no crédito de custeio por ocasião de perdas previstas nas normas do crédito rural, indenizar os recursos próprios e incentivar o uso de tecnologia moderna de cultivos agrícolas. Neste ano, a FAEP solicitou novamente alterações no Manual de Crédito Rural (MCR) para desburocratizar o programa e torná-lo mais atraente ao produtor rural. Entre elas:

- No caso de empreendimentos familiares com DAP conjunta, admitir como comprovante a primeira via da nota fiscal, o documento auxiliar da nota fiscal eletrônica (DANFE) ou o cupom fiscal emitido na forma da legislação em vigor, nominal ao beneficiário, em nome de qualquer um dos cônjuges;
- Na apuração das receitas, para parcela comercializada considerar o preço indicado na primeira via da Nota Fiscal de venda, quando apresentada até a data da decisão do pedido de cobertura pelo agente em primeira instância. Para a parcela não comercializada, considerar os preços de mercado na data da decisão do pedido de cobertura pelo agente em primeira instância. Atualmente é usado para a parcela não comercializada o maior dos seguintes valores: preço de mercado, preço mínimo, preço considerado quando do enquadramento da operação no programa, ou o preço de garantia definido para o Programa de Garantia

de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), no caso de empreendimento conduzido no âmbito do Pronaf.

A partir da safra 2015/2016, retornar a cobertura inicial de Proagro ao percentual de 100% para os produtores que não tiveram deferimento do pedido de cobertura na última safra, criando uma regra de decréscimo de 100% até 80%. Atualmente a cobertura inicial é de 70%, valendo bônus de 10% a cada safra que o produtor contratou o Proagro e não necessitou de cobertura, até chegar a 100%. Reduzir o adicional do Proagro em 1% (um ponto percentual) para lavouras cultivadas com a adoção do sistema de plantio direto.

- Incluir tromba d'água como evento amparado pelo Proagro. Definir o público do Proagro e do Seguro Rural, evitando sobreposição das políticas agrícolas para um mesmo público. Dar nova redação à comprovação de perdas, como se segue:
- Para comprovação de perdas o técnico deve vistoriar o empreendimento, efetuando pelo menos:
- Uma visita ao imóvel, no prazo de 5 dias úteis a contar da solicitação do agente, no caso de perda parcial por evento ocorrido na fase de colheita;
- Uma visita ao imóvel, no prazo de 10 dias úteis a contar da solicitação do agente, no caso de perda total e na situação prevista no item seguinte;
- Duas visitas ao imóvel, sendo a primeira no prazo de 10 dias úteis a contar da solicitação do agente e a outra na época programada para início da colheita, no caso de perda parcial por evento anterior à fase de colheita;
- Três fotos que retratem as condições do empreendimento e os efeitos prejudiciais acarretados pelo(s) evento(s) adverso(s), em cada visita realizada;
- No caso de perda total, os relatórios conclusos de comprovação de perdas relativos à lavoura devem ser elaborados quando efetivamente constatadas e dimensionadas as perdas.



Comissão Especial de Recursos do Proagro

Quando o produtor solicita o amparo de cobertura dos prejuízos em suas lavouras e não recebe a indenização esperada pelo agente financeiro, ele tem a possibilidade de entrar com um recurso reclamatório, que é analisado pelo Ministério da Agricultura, que posteriormente convoca uma comissão para reanalisar em conjunto o processo.

Dar celeridade à análise de processos do Proagro, melhorando a estrutura da Comissão Especial de Recursos (CER) foi uma das solicitações da FAEP.

Neste ano foram realizadas quatro sessões com análise de 1.391 processos sendo 862 acolhidos, 522 negados e sete retirados da pauta.

Proagro para olericultura

As solicitações realizadas foram de unificar no Banco Central como olerícolas as diversas culturas financiadas por um produtor (alface, almeirão, rúcula, repolho, etc), para as culturas de ciclo até 120 dias de produção durante todo o ano. Esta medida permitirá que o horticultor compre insumos para o ano e possa plantar culturas diferentes para um mesmo financiamento, fazendo rotação de cultura.

Permitir liberação de crédito de custeio em uma única parcela referente à área total a ser plantada na safra, escalonando os pagamentos para o final de cada ciclo produtivo. A amortização de cada ciclo produtivo ficariam atreladas as operações independentes de Proagro. Essa medida permitiria amortizações mais frequentes e principalmente o recebimento de Proagro por ciclo produtivo, quando houver perda de produção em uma cultura ou ciclo específico. A FAEP tem cobrado o governo para as soluções dessas demandas do Proagro, mas não obteve resposta dos ministérios.

Entre os problemas mais frequentes nos recursos apresentados estão principalmente a apresentação de notas fiscais com data de emissão indevida, plantio fora do zoneamento recomendado e a falta de apresentação da comprovação de análise de solo.

Declaração de Aptidão ao Pronaf

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado pelo governo federal em 1996, tem como objetivo o apoio e a melhoria das condições de produção e qualidade de vida no meio rural. Para que o produtor rural e sua família possam se beneficiar desse programa, têm de atender a alguns pré-requisitos comprobatórios para ter acesso aos benefícios. Alguns desse benefícios são crédito com taxas reduzidas, acesso às políticas públicas do governo federal tais como financiamento de moradia no programa Minha Casa Minha Vida, venda de alimentos à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), exploração da área de preservação permanente, entre outras.

A FAEP possui 124 sindicatos rurais habilitados para a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), fornecendo treinamento aos sindicatos para a sua elaboração e prestando toda a orientação para o atendimento aos produtores rurais. Em 2015, a FAEP fez um treinamento para a emissão de DAP para um grupo de funcionários de sindicatos e 6 treinamentos com pequenos grupos.



Seguro Agrícola do Milho Safrinha

O MAPA comunicou a FAEP em maio de 2015 que em torno de cinco mil produtores de milho da segunda safra no Brasil não teriam direito aos recursos previstos no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, fato inédito nesse programa desde o começo da sua operacionalização, em 2006.

A medida tardia causou indignação, considerando que tal comunicado deveria ter sido realizado com antecedência ao plantio, em janeiro. Como os seguros já estavam con-

tratados, a informação do MAPA chegou com seis meses de atraso. O prejuízo financeiro para os agricultores soma R\$ 58 milhões, que seriam cobrados pelas companhias seguradoras para quitação da parte do prêmio que deveria ser paga pelo governo federal.

Embora o orçamento de 2015 do programa fosse de R\$ 668 milhões, dos quais R\$ 390 milhões foram comprometidos com a safra de verão de 2014 e com o trigo de 2015, sobrariam ainda R\$ 278 milhões para as demais culturas, não havendo razão plausível para excluir o milho safrinha do programa.

A taxa média do prêmio desse seguro para milho safrinha é de 16,2%, isso quer dizer que, a cada R\$ 100 mil de importância segurada, o produtor teria que arcar com R\$ 16.200,00, valor inviável frente ao custo de produção que aumentou em função dos ajustes na energia elétrica, combustíveis, fertilizantes e mão de obra. A norma prevista na legislação do

programa, que até 2014 foi cumprida pelo MAPA, reduziria 60% desse valor para R\$ 6.480,00, caso o governo honrasse com a sua parte.

A FAEP solicitou o apoio de parlamentares paranaenses e da bancada da Frente Parlamentar da Agricultura junto ao MAPA para a aprovação de recursos da ordem de R\$ 58 milhões para o seguro do milho da segunda safra, evitando que os produtores arcassem injustamente com este valor junto às seguradoras. Após a FAEP começar a divulgar os boletos que os produtores rurais estavam recebendo para quitar a parcela que cabia ao governo pagar, o MAPA voltou atrás na decisão e decidiu pagar a subvenção ao prêmio do milho safrinha.



Seguro Agrícola da Soja

Em 2015, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), coordenado pelo MAPA, teve novamente os recursos da Lei Orçamentária Anual (LOA) contingenciados. No lançamento do Plano Agrícola e Pecuário (PAP), em junho, o MAPA, prometeu R\$ 700 milhões para o programa, que custeia parte do prêmio de seguro rural contratado por milhares de produtores do país. No entanto, a Lei Orçamentária Anual aprovou R\$ 668 milhões para o programa em 2015.

Além disso, o governo federal atrasou pagamentos do seguro rural de 2014 e, para solucionar o problema, resolveu utilizar R\$ 300 milhões dos recursos do orçamento de 2015 para quitar esses atrasos. Sobraram, então, R\$ 368 milhões no programa, que sofreu novo revés, com corte de R\$ R\$ 51,38 milhões em 12 de agosto, com a Resolução nº 36 do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural.

Desta forma, os contingenciamentos somaram R\$ 351,38 milhões, restando apenas R\$ 316,7 milhões no programa. Ou seja: foi aplicado um corte de 52,6% do orçamento originalmente aprovado na Lei Orçamentária Anual.

Em 2014, o programa aplicou R\$ 693 milhões no fomento ao seguro rural, dos quais R\$ 293 milhões foram destinados para a soja, principal cultura deste programa desde sua implantação, em final de 2005. Essa demanda por seguro de soja ocorreu alinhada ao aumento da produção e da área, representando a importância econômica da atividade para o país, bem como pelo aumento dos riscos de perdas de produção, com maior frequência de problemas climáticos.

Além disso, para a soja existe a modalidade de seguro agrícola com a cobertura de faturamento ou receita, que incluem no cálculo de fatores indenizáveis as oscilações de perda física de produção e de preço, tendo um custo (taxa-prêmio) maior que as outras modalidades e necessitando, portanto,



de maior apoio do governo para o fomento desse seguro. No entanto, na contramão da demanda dos produtores, o MAPA direcionou apenas R\$ 80 milhões para apoio ao seguro da soja. Assim, de cada cinco produtores que contrataram seguro de soja em 2014, a FAEP estimou que apenas um teria acesso ao seguro em 2015 no âmbito deste programa.

Além disso, dos R\$ 80 milhões, foram destinados R\$ 30 milhões para um projeto experimental de Negociação Coletiva para a cultura da soja, com o objetivo de atender 12 listas de produtores ligados às cooperativas e associações. Porém, como o edital desse projeto foi realizado com pouco prazo para a organização das listas e a subvenção de R\$ 2,5 milhões por lista de 500 produtores não garantia a contratação das melhores coberturas de seguro, o projeto resultou no arremate de apenas seis listas, das 12 ofertadas, com utilização de R\$ 15 milhões.

Diante disso, a FAEP solicitou o crédito suplementar de R\$ 300 milhões para o seguro de soja. Num levantamento realizado junto às companhias seguradoras, em outubro, descobriu-se que 36.215 apólices de seguros de soja em todo o país ficaram sem apoio do programa de seguro. Dessa forma, esses produtores tiveram que pagar o valor total do prêmio, inclusive a parte que cabia ao governo subvencionar.

A FAEP tem cobrado do governo federal previsibilidade e estabilidade do programa de seguro rural, fundamentais para a massificação do seguro no país, para isso é necessário o estabelecimento de política de longo prazo com a garantia de aplicação dos recursos, considerando o calendário agrícola.

Em novembro, o MAPA anunciou o fim de recursos do orçamento para o seguro rural em 2015. Com isso, estimasse que apenas R\$ 282 milhões foram aplicados e apenas 40 mil produtores foram contemplados com o seguro agrícola com apoio do programa, sendo que mais de 60 mil produtores ficaram de fora da subvenção. O caso foi apresentado pela FAEP na Câmara Setorial de Soja e na Câmara Temática de Insumos do MAPA, além de outros fóruns na CNA. Em novembro ainda a FAEP iniciou uma luta para suple-

mentar na Lei Orçamentária Anual do governo federal de pelo menos R\$ 300 milhões, que, somados aos R\$ 400 milhões previstos nesse orçamento, somariam recursos da ordem de R\$ 700 milhões para 2016. A FAEP encaminhou a demanda de seguro rural para o Congresso Nacional, defendendo o crédito suplementar junto aos relatores da Lei Orçamentária Anual de 2016.

Ação junto às Companhias Seguradoras

Em 25 de junho de 2015 a FAEP encaminhou ofício para as nove companhias de seguro que atuam com seguro rural solicitando melhorias nos seguros ofertados aos produtores paranaenses.

Embora o Paraná represente a maior adesão de produtores ao seguro rural, a FAEP tem observado que ainda é necessário avançar em muitas frentes para ampliar o universo de beneficiados. Para o trigo e milho, por exemplo, os produtores precisam de cobertura para perdas de qualidade. Além disso, o nível de cobertura das produtividades nos seguros agrícolas de cereais, fibras e oleaginosas necessitam ser ampliadas na maioria dos municípios para 80% a 85% da produtividade estipuladas pela seguradora, sendo ideal trabalhar com dados individuais de cada produtor.

No mesmo sentido, seria importante definir o nível mínimo de cobertura de 75% para as apólices de seguro agrícola no Paraná, pois os produtores reclamam que mesmo os níveis de 60% a 70% não cobrem todos os itens dos custos de produção e nem o financiamento. Além disso, o setor necessita de um seguro de renda eficaz, não só de custo de produção ou do financiamento. Embora os seguros denominados de receita e faturamento para soja e milho tenham representado um avanço no Paraná, eles precisam ser aperfeiçoados para garantir uma maior cobertura e ampliados para outras atividades.

A FAEP solicitou as seguradoras que avaliassem a possibilidade de melhorias em relação a esses requisitos.



Seguro Agrícola do Trigo

Um dos principais problemas na produção de trigo são os riscos de perda de produção física e de perdas de qualidade do trigo por problemas climáticos. Para as perdas físicas, os seguros agrícolas tradicionais estabelecem coberturas para sinistros, mas não há seguro agrícola com cobertura para perdas de qualidade. Desde 2009 a Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP discute esse problema.

A federação levou essa demanda para as companhias seguradoras naquele ano e desde então tem se discutido

possíveis soluções, que sempre esbarram nas dificuldades de dados oficiais e na forma de ressarcimento dos danos.

No entanto, no ano de 2015 o tema avançou e a BB Seguros, do Grupo BBMAPFRE e que atende os clientes do Banco do Brasil apresentou um protótipo de seguro agrícola para trigo com cobertura de perdas de qualidade. O produto foi apresentado em julho de 2015 à Comissão de Cereais da FAEP, que sugeriu indicadores que considerem a classificação do trigo. A semelhança do que ocorre com outros grãos, mensurasse as perdas físicas oferecendo um seguro de faturamento do trigo.



Atuação da FAEP na mudança de regras do Plano Trienal do Seguro Rural

O Plano Trienal do Seguro Rural (PTSR) 2016 a 2018, divulgado pelo MAPA reduziu o valor da subvenção estimada para o período. É a primeira vez que o Plano Trienal, desde o começo do programa, estima redução nos recursos anuais, que sempre foram crescentes.

O orçamento previsto para 2016, de R\$ 400 milhões, representa praticamente metade do que foi aplicado em 2014. Além disso, o valor estimado para 2017 é de R\$ 425 milhões e para 2018 de apenas R\$ 455 milhões. Ou seja, haverá redução de área coberta com seguro agrícola e no número de produtores contemplados.

Outras regras do Programa de Seguro Rural (PSR) foram alteradas e incidem diretamente no custo de produção. O governo, na tentativa de atender mais produtores com menos recursos, reduziu o percentual da subvenção concedida por atividade e por produtor.

Conforme a nova tabela de “Percentuais de subvenção sobre o prêmio e limites anuais de subvenção por produtor”, a subvenção, que até 2015 variava entre 40% a 70% do valor do prêmio, cairá para algo entre 30 e 45%. Ou seja, o produtor vai ter que desembolsar muito mais recursos financeiros para adquirir o seguro.

A maioria dos contratos de seguro agrícola multirrisco se concentra nas faixas de nível de cobertura entre 60% a 70% da produtividade estipulada pela seguradora, a subvenção ao produtor será em média de 40%, cabendo ao produtor pagar 60% da apólice.

Além disso, nos casos de produtores em regiões de maior risco, o prêmio pode passar de 18% e nesse caso a taxa de prêmio líquida paga pelo produtor seria de 10,8%, inviável em qualquer atividade. Outras atividades, como frutas, tiveram redução de 60% para 45% no apoio da subvenção. No caso da soja, em que o apoio

era entre 40% a 60%, com a nova regra foi para 30% a 45%. O produtor enquadrado no Pronamp (médio produtor) não terá o benefício de subvenção de 60%, tendo que se adequar na nova regra por grupo de atividade.

Outro questionamento que a FAEP fez foi quanto ao percentual de subvenção para grãos. O MAPA extinguiu uma medida que determinou que apenas seguros agrícolas com nível de cobertura acima de 60% da produtividade estipulada pela seguradora teriam apoio no programa em 2015, cortando o apoio aos seguros com faixas de 50% e 55% da produtividade estipulada. A decisão tinha sido acordada com o setor privado num Grupo de Trabalho sobre padrão mínimo de cobertura do seguro agrícola. Esse tipo de seguro, com baixo nível de cobertura, é ineficaz e não recomendado na maioria das regiões do país.

O seguro de grãos multirrisco com melhor cobertura (faixas acima de 70% de nível de cobertura) tem subvenção menor do que seguros considerados menos atrativos (60 a 65% de nível de cobertura), o que vai na contramão do fomento para contratação dos seguros com maiores e melhores coberturas. Essas medidas revelam uma preocupação maior do MAPA com a meta de quantidade de apólices e produtores atendidos, em detrimento ao incentivo da contratação de seguros com melhor qualidade.

O risco que essa política pode gerar é da venda de seguros relativamente mais “baratos”, mas que dificilmente têm o gatilho do sinistro acionado para o produtor ter acesso ao ressarcimento.

A FAEP encaminhou em dezembro sugestões de alterações nas regras do PSR e apresentou o tema na Comissão Nacional de Política Agrícola da CNA, na Câmara Setorial da Soja e na Câmara Temática de Insu- mos do MAPA. Foi emitida uma nota técnica pela CNA, FAEP e demais entidades com propostas de revogação da resolução e alteração nas regras.



SANIDADE AGROPECUÁRIA

Campanha Vazio Sanitário da Soja

Plantas de soja guaxas ou voluntárias, que germinam dos grãos perdidos na colheita, transformam-se em hospedeiras para o fungo transmissor da ferrugem asiática, doença que reduz a produtividade da soja, gerando sérios prejuízos aos agricultores. Essas plantas devem ser eliminadas do campo no período entre a pós-colheita e a semeadura da nova safra, caso contrário o fungo que nelas se desenvolveu infestará a lavoura comercial de soja logo no início de desenvolvimento, exigindo aplicações precoces de fungicidas, aumentando os gastos e diminuindo a produção.

**VAZIO
SANITÁRIO
DA SOJA**

DE 15 DE JUNHO A 15 DE SETEMBRO
É PROIBIDA A PRESENÇA DE PLANTAS
VIVAS DE SOJA NA PROPRIEDADE

É LEI E PROTEGE A SUA LAVOURA DE SOJA
CONTRA A FERRUGEM ASIÁTICA

DIGA SIM À SANIDADE AGRÍCOLA

INFORMAÇÕES: NAS UNIDADES REGIONAIS DA ADAPAR E EMATER

Para regulamentar a eliminação da soja voluntária, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab) editou a Resolução nº 120/2007, instituindo o Vazio Sanitário da Soja no Paraná, período compreendido entre 15 de junho a 15 de setembro. Desde a implantação do Vazio Sanitário, a FAEP selou uma parceria com a Seab para divulgação de cartazes e matérias no Boletim Informativo e no site, alertando para a obrigatoriedade e as razões para cumprir essa legislação em todas as regiões do Estado. O agricultor que não erradicar as plantas de soja voluntárias entre 15 de junho a 15 de setembro estará sujeito às ações de fiscalização da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), que atuará o responsável, podendo impor as sanções previstas em legislação que vão desde advertência a multa, entre outras. Em 2015, a Adapar emitiu aproximadamente 195 autos de infração a partir de ações de fiscalização.

Proibição cultivo da soja 2ª safra

Os dados divulgados pelo Consórcio Antiferrugem da Embrapa mostram que as maiores infestações de ferrugem no Paraná têm ocorrido no mês de janeiro, sinal de que



o respeito ao período do vazio sanitário vem cumprindo o papel de retardar a entrada do fungo nas plantações. Por outro lado, as plantações de soja 2ª safra (desaconselhadas pela pesquisa), semeadas entre janeiro e fevereiro, contribuem para o aumento da doença e para a indução de resistência no fungo, pois desde a germinação as plantas desenvolvem-se sob alta pressão do patógeno, exigindo aplicações precoces, constantes e com alta dosagem de fungicidas. O avanço do plantio da soja 2ª safra no Paraná e suas consequências foram temas de discussão na reunião da Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, realizada em 24 de agosto.

Implantar lavouras de soja 2ª safra representa alongar a permanência de hospedeiros no campo, propiciando o desenvolvimento do fungo que infestará precocemente as áreas da lavoura principal (semeadas de 21 de setembro a 31 de dezembro), aumentando necessidade de aplicações de fungicidas.

Com o intuito de discutir a situação com produtores e técnicos das regiões sojícolas do Estado e buscar uma solução para preservar por mais tempo a eficiência dos atuais fungicidas, a FAEP, Adapar, Embrapa e Ocepar realizaram seminários regionais nos municípios de Maringá, Castro, Cascavel, Pato Branco, Guarapuava, no período de 15 a 17 de setembro. Mais de 500 produtores e técnicos participaram dos seminários e puderam participar das discussões que culminaram, salvo raras exceções, com o entendimento de que é preciso que o governo providencie meios para preservar a eficiência dos fungicidas disponíveis para controle da ferrugem asiática, o que necessariamente implica na restrição do cultivo da soja 2ª safra.

Atendendo a essa necessidade, em outubro a Adapar divulgou a Portaria nº 193/2015 estabelecendo que a partir da safra 2016/2017 a semeadura de soja no Estado se restringirá ao período de 16 de setembro a 31 de dezembro. Também foi estabelecida a data de 15 de maio para o prazo final de colheita ou interrupção do ciclo da cultura de soja. Essas medidas devem coibir o plantio da soja 2ª safra e propiciar a manutenção da eficiência dos fungicidas, favorecendo a sojicultura paranaense.



Ações de Manejo e Controle do Greening

O greening (HLB) é considerado a doença mais devastadora para a cultura de citrus no mundo porque afeta todas as variedades. Além disso, atinge a planta inteira, inclusive os frutos, com significativa perda de produção. A bactéria do HLB se multiplica rapidamente dentro da planta e dentro do vetor, o psilídio.

No Paraná, há 98 municípios com HLB. A incidência de greening na região Noroeste está em torno de 3% de plantas nos talhões, no Norte Pioneiro, em 4%, e no Norte do Estado esse percentual sobe a 7%. Essa variação se deve ao manejo adotado pelos citricultores, como as inspeções de plantas e erradicação de plantas infectadas.

A FAEP participou do Grupo Técnico de HLB coordenado pela Adapar, que tem a participação de entidades públicas e privadas de interesse no assunto. Nesse fórum foram iniciadas discussões sobre revisão da IN MAPA nº 53/2008, que trata sobre dos critérios e procedimentos para a realização e dos levantamentos de ocorrência do Greening, visando à delimitação da extensão das áreas afetadas e a adoção de medidas de prevenção e erradicação.



A FAEP deu continuidade às atividades de conscientização dos produtores através do Boletim Informativo e apoiando eventos informando sobre a importância da identificação da doença, eliminação das plantas contaminadas. Também foram desenvolvidas ações para orientar a realização das inspeções trimestrais nos pomares e a entrega dos dois relatórios anuais obrigatórios que contribuem para controlar a extensão da doença no Paraná e as medidas que devem ser tomadas para melhorar a eficiência no controle.

Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSAs)

O Programa de Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSAs) é uma iniciativa interinstitucional que se iniciou na década de 90 e foi retomada em 2008. No Paraná, o objetivo do programa é estabelecer na unidade territorial (município) um conselho público/privado para apoiar as políticas de sanidade animal e vegetal, inocuidade de alimentos e meio ambiente. Esse programa visa conscientizar produtores rurais, técnicos privados habilitados em programas oficiais e técnicos do setor público sobre a necessidade do Estado do Paraná elevar os níveis de sanidade de seus rebanhos e lavouras.

A FAEP tem contribuído desde 2013 com o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária através do Grupo de Trabalho Central (GT Central), que por sua vez, programou diversas atividades. Em 2015, o grupo estabeleceu as seguintes metas nos principais projetos do Programa de Fortalecimento dos CSA:

- Projeto de Revitalização dos CSA: consolidar um CSA referência por Unidade Local de Sanidade Agropecuária;
- Projeto Encontros CSA: fazer o Planejamento e Estruturação das Conferências Regionais e Estadual de Defesa
- Agropecuária (CEDA) e o lançamento do Plano Estadual de Defesa Agropecuária;
- Projeto de Comunicação: produzir 10 campanhas educativas trimestrais e lançar portal FUNDEPEC-PR – CSA.

Ainda no ano de 2015 foi desenvolvido o planejamento das Conferências Regionais e Estadual para a elaboração do Plano Estadual de Sanidade Agropecuária. O Programa de Fortalecimento dos CSA servirá de base institucional para a participação da comunidade na elaboração do plano. O planejamento dessas conferências se constituiu em diversas ações para orientar os aspectos organizacionais e técnicos para sua realização.

Em julho de 2015 o GT Central organizou reuniões em todas as macrorregiões com o objetivo de auxiliar as equipes macrorregionais no enfrentamento das dificuldades encontradas, dar suporte institucional e técnico para as ações e comunicar informações atualizadas sobre as ações estratégicas em desenvolvimento. A equipe da FAEP também deu suporte aos consultores do SENAR indicados para atuar nas macrorregiões realizando reuniões de mobilização e organização nos CSA definidos em seus respectivos planos de ação.



Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná (FUNDEPEC – PR)

O FUNDEPEC-PR foi criado em 14 de novembro de 1995 e reúne instituições que são representativas de produtores rurais e da agroindústria. O objetivo é auxiliar o Estado em ações na área de defesa sanitária, além de promover o desenvolvimento da pecuária e da produção vegetal.

Em 2015, as ações do FUNDEPEC-PR tiveram como base a parceria entre os órgãos de governo e entidades representativas do setor privado, através da reafirmação de

compromissos institucionais. A sanidade e a qualidade dos produtos agropecuários animais e vegetais são conceitos a serem buscados pelos produtores como pré-requisito para transações comerciais. Tais conceitos, aliados à prática do bem-estar animal, são destaques no âmbito técnico, com propostas da União Europeia para incluir o Brasil nas regras da Organização Mundial do Comércio.



Conselho Estadual de Sanidade Suína (COESUI)

Entre as principais questões tratadas no Conselho Estadual de Sanidade Suína (Coesui) em 2015, destaca-se a inclusão do Paraná no pleito para o reconhecimento como área livre de Peste Suína Clássica. Foram apresentados os dados atuais do sistema, observando melhoria significativa de vigilância para a doença. Outro assunto abordado foi o andamento das inovações e metas para o controle do Trânsito Agropecuário paranaense, tema de grande importância para a manutenção do status sanitário do estado.

Um assunto pertinente nas reuniões do Coesui foi o Sistema de Notificação de Mortalidade de Suínos. Há subnotificação de doenças e de ocorrências sanitárias por parte dos médicos veterinários habilitados pela Adapar. Foram realizados seminários em vários municípios do Estado com o intuito de conscientizar os habilitados quanto à importância da notificação de mortalidade.

O Comitê abordou a situação vivida pelas agroindústrias que manifestaram preocupação com o aparecimento de uma doença vesicular em suínos. A identificação do vírus

ocorreu pela Universidade Estadual de Londrina em abril desse ano, e descartou a possibilidade de febre aftosa. O vírus Sêneca Valley Vírus causou alta mortalidade de leitões e lesões vesiculares em suínos enviados ao abate.

Conselho Estadual de Sanidade Avícola (COESA)

Em 2015, entre os temas discutidos pelo Conselho Estadual de Sanidade Avícola (Coesa) esteve a publicação de uma portaria que prevê o distanciamento para a construção de novos estabelecimentos avícolas e ampliação de pré-existentes. A Portaria tem como base as normas internas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O Coesa instituiu ainda um grupo de trabalho, coordenado pela FAEP, para analisar o período ideal de intervalo entre lotes de frangos de corte. O estudo foi apresentado ao Comitê no intuito de conscientizar as agroindústrias sobre a importância de estabelecer um período mínimo de intervalo entre lotes. O período indicado pelo grupo de trabalho foi de oito dias, contados a partir do momento em que a granja esteja desinfetada até o recebimento de um novo lote.

Na reunião do Coesa de 29 de outubro foram discutidos os principais desafios sanitários do Brasil e do Paraná após as ponderações feitas pelos técnicos representantes do MAPA e pela Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

Entre os principais desafios estão o atendimento das medidas de mitigação de risco para Influenza aviária, a melhoria da capacidade laboratorial para o diagnóstico e a adesão das agroindústrias no processo de compartimentação como ferramenta de prevenção de riscos sanitário e econômicos para a avicultura paranaense.

Para dar um suporte técnico maior para as ações da Coordenação de Sanidade Avícola da Adapar foi criado um grupo de trabalho para definir linhas de atuação prioritária, especialmente quanto ao processo de registro de estabelecimentos avícolas e adesão das agroindústrias ao processo de compartimentação.



LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

O agronegócio tem uma forte participação nas exportações do Estado e representou aproximadamente 13% (US\$ 13 bilhões) do total exportado pelo país em 2014 (US\$ 98 Bilhões). As cadeias de grãos, carnes de frango e suínos, da madeira e da cana-de-açúcar representam

o maior volume exportado. Existe também um volume de importações principalmente de fertilizantes recebidos pelos portos de Paranaguá e Antonina, e que se destina ao interior do Paraná e outros estados. Para essas operações, o principal modal de transportes ainda é o rodoviário, que necessita de uma ampla e boa malha de rodovias e portos, que sejam estruturados para operar com eficiência e rapidez.

Os problemas portuários, que durante vários anos foram crônicos, nos dois últimos anos vem se reorganizando e buscando melhor desempenho, apesar das limitações de recursos disponíveis e a legislação atual, concentradora das decisões em Brasília. Essas são as principais razões pelas quais a Federação participa intensamente nas discussões dos diversos problemas existentes, relacionando as prioridades para o agronegócio e debatendo as possíveis soluções.



Rodovias

A malha rodoviária paranaense, se comparada com os demais estados, é considerada boa. Há, entretanto, gargalos que precisam ser resolvidos, como a duplicação de todo o Anel de Integração e a melhoria de outras rodovias de grande tráfego. Dos 2.400 quilômetros do Anel de Integração, 1.800 quilômetros são rodovias federais delegadas para o período de 1996 a 2021, data em que os trechos federais devem retornar à União.

Os gargalos se revelaram mais graves nos últimos anos. Quando o Anel de Integração foi concedido à iniciativa privada, em 1996, o Paraná produzia 17 milhões de toneladas de grãos e as rodovias estavam sucateadas. Os contratos de concessão de pedágio não foram bem feitos e, por intervenções indevidas dos governos do Estado, muitas obras previstas inicialmente foram canceladas ou postergadas para

o fim dos contratos, em 2021. Hoje, o Estado produz 38 milhões de toneladas de grãos, fora outros produtos, como a carne de frango, que são transportados em grande parte por rodovias de pista simples, inadequadas para o volume de tráfego.

O Paraná não pode abrir mão de continuar controlando todas as rodovias do Anel, já que ele é prioritário para o desenvolvimento de nossa economia. É por ele que é escoada a nossa produção agropecuária. Por ser um conjunto de rodovias vital para a formação dos preços dos produtos rurais é que a FAEP contratou consultorias, buscou ouvir especialistas e conversou com os representantes das concessionárias, buscando entender se é viável uma nova negociação.



Também foi produzida uma cartilha "Pedágio do Paraná" detalhando as formas de cessão, o histórico do Paraná e esclarecendo as principais dúvidas sobre o assunto, considerando principalmente que essa mudança significa propor ao governo do Estado uma negociação com as seis concessionárias rodoviárias que atuam no Paraná para diminuir os preços dos pedágios, retomar as obras que foram canceladas em negociações anteriores, tendo como atrativo a contrapartida de uma prorrogação com repactuação dos contratos. O material foi

enviado aos Sindicatos Rurais e divulgado em eventos da FAEP. A FAEP, em conjunto com a Faciap, Fecomércio, Fetranspar, Associação Comercial do Paraná, assinaram documento conjunto pedindo ao Ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, em 29 de junho, por antecipação, a garantia da renovação do convênio de Delegação por mais 24 anos.

O documento foi apresentado ao governador Beto Richa antes de ser entregue ao ministro. Como resposta, o ministro criou um grupo de trabalho para estudar o assunto. A justificativa é que a economia do Estado não pode esperar seis anos, prazo para o encerramento dos contratos, para uma melhoria nas condições rodoviárias.

Ferrovias

• NOVOS TRECHOS FERROVIÁRIOS

O transporte ferroviário, escasso no Brasil, é a mais econômica modalidade para transporte de cargas, depois da hidroviária, para longas distâncias. Com base no fluxo de cargas transportadas por rodovias em microrregiões com grande volume de produção agrícola de grãos, e sem acesso ferroviário,

a FAEP elencou as prioridades mínimas de trechos considerados essenciais que devem ter acesso ao modal ferroviário.

Os principais gargalos e necessidades de solução são os trechos entre Guarapuava a Irati, Guaíra a Cascavel, Curitiba a Paranaguá com a construção de um novo traçado e a construção do ramal entre Campo Mourão a Jussara, para atender a região de Campo Mourão, interligando-se com o trecho entre Cianorte e Maringá.



Na divulgação pelo governo federal das obras prioritárias, a FAEP tem acompanhado o pretendido novo trecho entre Maracaju, no Mato Grosso do Sul, e Paranaguá, passando por Guaíra. Embora ainda em discussão, a dificuldade de investidores para o projeto, dado a complexidade do modelo de concessão apresentado, aliado aos fatores econômico/financeiros e ambientais, nada aconteceu. Quanto aos demais trechos priorizados pela FAEP, continuamos a levá-los aos debates como reivindicações do agronegócio.

• AQUISIÇÃO DA ALL PELA EMPRESA RUMO/COSAN

Durante 2015, a FAEP participou em diversas reuniões para avaliação da negociação de aquisição dos serviços de transportes ferroviários da América Latina Logística (ALL) pela Rumo, braço logístico da Cosan, maior exportador nacional de açúcar. A negociação vinha tramitando desde o ano de 2012, não sendo concretizada por impedimentos judiciais impetrados por algumas organizações, entre elas a FAEP.

A federação acionou o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, com o intuito de preservar o direito do agronegócio paranaense, garantindo o acesso ao transporte ferroviário no caso de mudança no detentor da concessão. Ao final do processo, o Cade pronunciou-se favorável à mudança do controle acionário, e atendeu grande parte das reivindicações da FAEP, exigindo o comprometimento da nova companhia em assegurar acesso e utilização dos serviços ao agronegócio de maneira isonômica.

Conselho de Administração da APPA

Com a transformação da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) de autarquia para empresa pública, houve a necessidade legal de readequação de sua estrutura administrativa, com a constituição de um Conselho de Administração com participação de três segmentos representantes da sociedade: o governo do Estado, os tra-

balhadores portuários e os empresários. Pelos empresários foi designado um grupo formado pelas principais instituições do setor produtivo para a definição dos conselheiros, cabendo à FAEP a cadeira de membro titular e à Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) a de suplente.

Nas reuniões ordinárias mensais, a FAEP tem se manifestado em decisões favoráveis ao melhor funcionamento das operações portuárias que possibilitem maior competitividade ao agronegócio.

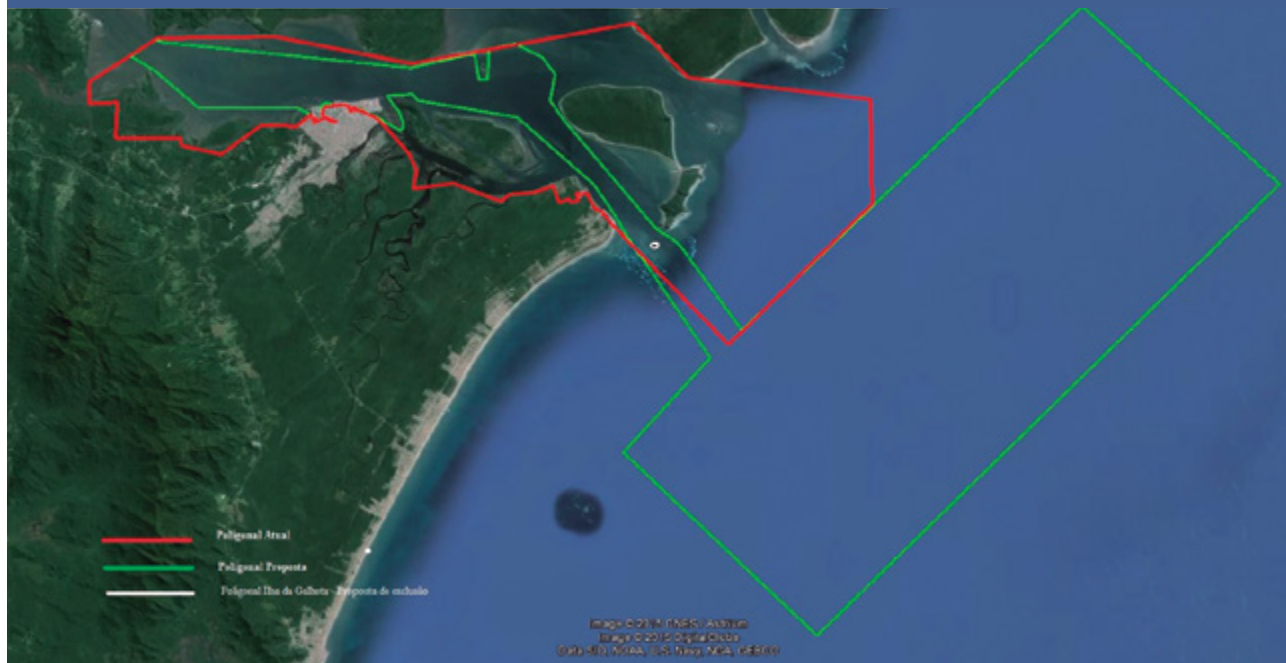


Reuniões dos CAPs de Paranaguá e Antonina

A FAEP participa desde 2002 do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) de Paranaguá e desde 2005 do Conselho de Autoridade Portuária de Antonina. Essa participação tem sido importante para mostrar às autoridades de infraestrutura estadual e federal das necessidades de melhorias para o agronegócio brasileiro.

A partir de 2013, com a vigência da nova lei dos portos, os CAPs deixaram de ser deliberativos e passaram a ser consultivos. Entretanto, a atual gestão da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina continua a manter o mesmo nível de discussões e decisões coletivas nesses portos por considerar esse fórum de extrema importância para a gestão portuária. A presença da FAEP nesses Conselhos tem influenciado o encaminhamento de propostas de soluções aos gargalos existentes.

POLIGONAIS DA ÁREA DO PORTO ORGANIZADO DE PARANAGUÁ ATUAL E PROPOSTAS



Porto de Antonina

O Porto de Antonina possui apenas um operador portuário explorando os serviços portuários em dois berços de atracação. O potencial portuário é grande, possuindo uma faixa portuária ainda por explorar bem como a retro área, com disponibilidade para novos investimentos. O investimento no porto tem sido limitado por duas razões-principais: baixo calado no acesso e na atracação e pela rodovia, que atravessa os centros urbanos dos municípios de Morretes e de Antonina, limitando a velocidade no transporte e no volume das cargas.

A solução dos problemas reivindicados pela FAEP é o aprofundamento do canal de acesso e berços de atracação com a construção da rodovia que dará acesso ao porto sem passar pelo centro das cidades de Morretes e Antonina, ligando diretamente com a BR 277.

Polígono do Porto de Paranaguá

A polígono de um porto é uma linha virtual definida em todos os portos no país e define o que faz parte ou não da área do porto organizado. Conforme a lei federal nº 12.815/2013, há a exigência da revisão desta polígono em todos os portos.

A APPA, em discussão com a comunidade portuária do Paraná e com as entidades representativas do setor produtivo, elaborou a proposta da polígono e a encaminhou à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, atendendo a exigência legal. Nessa nova polígono ficaram excluídas áreas do porto organizado.

A FAEP tem participado das reuniões para equacionar o impasse e manifestando-se totalmente favorável à nova polígono, que permite investimentos privados, necessários e urgentes aos portos do Paraná e ao agronegócio brasileiro.



INSUMOS



Reserva de Sementes Próprias

O não cumprimento da legislação que rege a prática de plantio de semente salva ou semente própria sujeita o produtor rural a penalidades como multa e interdição da lavoura. Para evitar esse problema, antes do plantio de uma nova safra a FAEP emitiu alertas em várias edições do Boletim Informativo e no portal de internet do Sistema FAEP orientando os

produtores quanto à regularização das sementes salvas. Reservar parte da produção de grãos colhida de lavoura implantada com sementes certificadas e utilizar como semente própria, exclusivamente para plantio na safra seguinte, é um direito do produtor rural garantido pelas Leis 9.456/1997 (de Proteção de Cultivares) e 10.711/2003 (de Sementes), além de normas complementares.

O produtor rural que tem intenção de usar semente própria na safra seguinte deve procurar o MAPA em seu município ou no município mais próximo, antes ou até 30 dias após o plantio da safra com a semente certificada, apresentando a nota fiscal da semente adquirida.

Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente (Minor Crops)

“Minor Crops”, definidas no Brasil como “Culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente” (CSFI), são aquelas culturas para as quais falta ou há número reduzido de agroquímicos registrados. Essa ausência muitas vezes ocasiona o uso irregular e dificulta o exercício do profissional, que não tem como prescrever legalmente um produto não registrado.

O problema foi reconhecido com a publicação da Instrução Normativa Conjunta MAPA, Anvisa e Ibama nº 1/2014, publicada em 16 de junho de 2014, que incentivou o registro para pequenas culturas. Foi reduzida a exigência de estudos de eficiência agrônômica, sendo necessária a apresentação de um laudo técnico. Também foi simplificado o teste de limites máximos de resíduos, através da extrapolação dos valores de Limite Máximo de Resíduos (LMR) e o Intervalo de Segurança (IS) das culturas representativas, por exemplo, tomate, para as demais culturas que apresentam as mesmas características botânicas, alimentares e fitotéc-

nicas, como pimentão, berinjela, jiló e pimenta. A FAEP tem participado de todo o processo de levantamento das demandas do Paraná de agrotóxicos para pequenas culturas, apresentando a realidade e a urgência de soluções para o problema junto aos órgãos registrantes, empresas fabricantes e instituições de pesquisa, realizando um trabalho de referência no Brasil. Um ano após a publicação da Instrução Normativa Conjunta (INC) 01/2014 foram estabelecidos 476 Limites Máximos de Resíduos (LMR) beneficiando aproximadamente 100 culturas. Esses números correspondem ao registro de agrotóxicos de 39 marcas comerciais sendo destas 27 já cadastradas no Paraná pelas empresas registrantes.

Conjuntura Agropecuária

Para facilitar o acesso a informações sobre produção nacional e mundial, consumo e estoque mundial, tendências de preços, variação da taxa de câmbio e outras variáveis essenciais ao negócio agropecuário, a FAEP elabora o acompanhamento conjuntural. No site do Sistema FAEP são disponibilizadas diariamente os preços para a soja, milho, trigo, feijão, café e boi.

São publicados também no site do Sistema FAEP os informes diários para soja, milho e trigo que relatam os principais acontecimentos com reflexo nos preços dos contratos futuros da Bolsa de Chicago e nos preços do mercado interno. Além disso, são incluídos nestes informes outros assuntos, tais como: o Produto Interno Bruto (PIB), Valor Bruto da Produção (VBP), balança comercial brasileira, empregos formais, taxa de câmbio e inflação.

Além das informações diárias, são disponibilizadas análises mensais a partir dos relatórios do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) sobre a oferta e demanda mundial, estimativa de área de plantio, estimativa de estoques e evolução da condição das lavouras americanas.

Outra ferramenta utilizada para divulgação de informações ao produtor é o Infoagro, que é um informativo da FAEP em parceria com a consultoria Safras & Mercado, feito semanalmente e que mostra em reportagens especiais, um panorama dos mercados externo e interno das principais commodities agrícolas. O Infoagro é enviado para o email dos produtores e interessados, que podem solicitar o recebimento no site do Sistema FAEP.

Sistema FAEP – Mercado de Commodities



Início RELATÓRIOS DE OFERTA E DEMANDA DO USDA

22/09/2015

Publicado em 22 de setembro de 2015 por Tânia Moreira

Soja e milho tem segunda-feira positiva, mas USDA estima bons percentuais de progresso das lavouras

Acompanhe a análise econômica da FAEP sobre a movimentação das commodities : 22.09.2015

Publicado em Sem categoria

21/08/2015

Publicado em 21 de agosto de 2015 por Tânia Moreira

SOJA TEM DIA DE RECUPERAÇÃO NA QUINTA-FEIRA, MAS VOLTA A CAIR NESTA SEXTA-FEIRA

Confira a análise: 21.08.2015

ÚLTIMOS BOLETINS

- 22/09/2015
- 21/08/2015
- 20/08/2015
- 09/07/2015
- 08/07/2015
- 07/07/2015
- 30/06/2015
- 29/06/2015
- 26/06/2015
- 24/06/2015

TAGS

América do Sul argentina atraso na

entrega Bolsa de Chicago boia

Bolsa de Comod Bolsa de

Chicago cancelamento de

compra commodities

condições climáticas

adversas economia

estabilidade estoques de soja norte-

americano estoques trimestrais faep

frete gilda bozza gripe aviária

intenção de plantio soja norte-

americanos

logística

lucratividade março/13

mercado mercado de lotes

mercado

internacional mercado



CUSTOS DE PRODUÇÃO

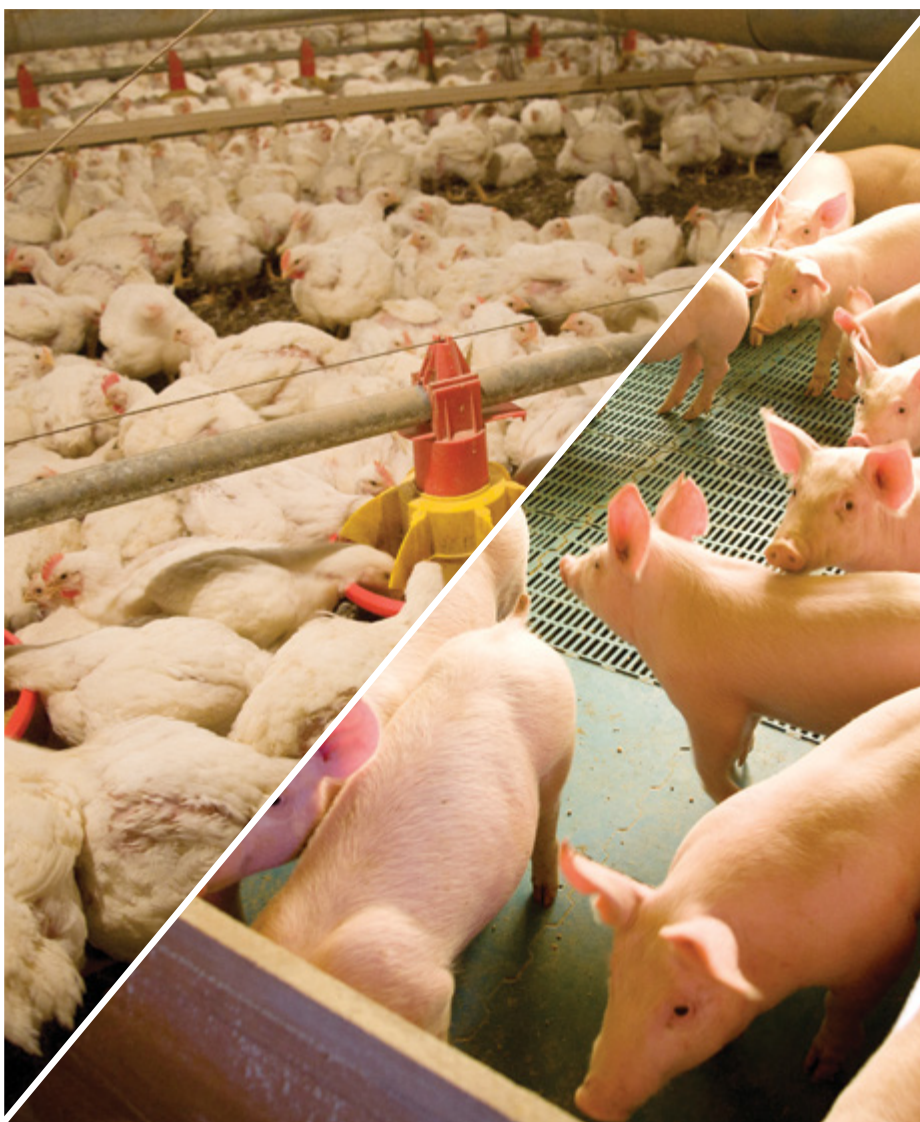
Custo de Produção de Avicultura e Suinocultura

O levantamento dos custos de produção tem sido uma importante ferramenta para orientar os produtores quanto ao andamento de sua atividade da “porteira para dentro”. Os resultados são parâmetros para autoavaliação do produtor em relação ao custo praticado na mesma região com o mesmo sistema de produção.

Desde 2008, a FAEP analisa e divulga regularmente os custos de produção nas principais regiões produtoras de frangos de corte e suínos do Estado. Para orientar esse

trabalho, a FAEP contratou a consultoria de Ademir Francisco Giroto, que desenvolveu a metodologia de cálculo dos custos de produção para avicultura e suinocultura na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O objetivo é tornar a informação mais precisa, uma vez que os sistemas de produção e as políticas de remuneração das agroindústrias integradoras variam nas diferentes regiões produtoras. Essas particularidades refletem diretamente nos resultados, tornando-os distintos entre si.

Em 2015, foi realizado o levantamento dos custos durante o mês de abril e novembro. A metodologia é empregada através de painéis que reúnem os produtores, representantes das agroindústrias e instituições financeiras. O levantamento dos dados da avicultura foi realizado nas regiões de Dois Vizinhos, Chopinzinho, Cascavel, Toledo, Ubatã, Cia-



norte, Londrina e Castro. Nessas regiões foram caracterizados 45 diferentes tipos de aviários.

Quanto à suinocultura, os painéis foram realizados nas regiões de Itapejara D'Oeste, Castro, Toledo e Pato Branco. Nessas regiões foram levantados os custos de produção de estabelecimentos produtores de suínos no sistema de ciclo completo (CC), unidades produtoras de leitão (UPL) e de desmamados (UPD), unidades de terminação de suínos (UTS) de produtores integrados e independentes, totalizando 14 diferentes sistemas de produção. O resultado dos levantamentos foi disponibilizado inicialmente para os membros da Comissão Técnica, a fim de validar o custo de produção obtido.

Em maio de 2015, a FAEP sediou uma reunião para apresentar aos representantes das agroindústrias os custos de produção da avicultura levantados no mês de abril de 2015. Na ocasião, foi solicitado à agroindústria que aumente sua representatividade nos painéis. O objetivo é obter dados atualizados e que retratem a realidade da atividade em cada região.



Os resultados obtidos no levantamento demonstraram que nas oito principais regiões produtoras de frango os resultados foram negativos em 44% dos tipos de aviários analisados em relação ao custo total de produção. Na suinocultura, os resultados demonstraram que no sistema de produção de ciclo completo e nas unidades de terminação de suínos, todas as regiões pesquisadas obtiveram resultados negativos sobre o custo total, custo operacional e custo variável de produção.

As unidades produtoras de leitão, desmamados e crechários, de todas as regiões, apresentaram resultados positivos sobre o custo total, custo operacional e custo variável de produção.

As planilhas de levantamento dos custos de frangos e suínos foram divulgadas no portal de internet do Sistema FAEP. Algumas lideranças sindicais utilizaram os resultados para negociar com as agroindústrias os preços de remuneração. Os custos de produção também subsidiaram artigos e matérias jornalísticas que foram veiculadas na imprensa.

Projeto Campo Futuro

A FAEP é parceira do Projeto Campo Futuro, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), para levantamento de custo de produção de atividades agropecuárias em todo Brasil. Além da FAEP fazem parte da parceria as seguintes instituições: Centro De Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da ESALQ/USP; Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas (PECEGE), da ESALQ/USP; Universidade Federal de Lavras (UFLA). Em 2015, a FAEP participou dos levantamentos no Paraná de custo de produção de cereais, fibras e oleaginosas, cana-de-açúcar, leite e café. A metodologia do projeto consiste na realização de



painéis nos Sindicatos Rurais, com a presença de dez a 15 produtores, um técnico da FAEP, um da CNA e dois especialistas da entidade de pesquisa.

As reuniões foram realizadas nos Sindicatos Rurais de Castro, Guarapuava, Cascavel e Londrina (cereais, fibras e oleaginosas), Apucarana (café), Cianorte (cana-de-açúcar), Castro, Guarapuava, Francisco Beltrão e Cascavel (leite) envolvendo cerca de 100 produtores rurais.

A planilha de custo de produção é elaborada através das informações fornecidas por esses produtores sobre gastos com aquisição de insumos e nas operações de preparo de solo, plantio, tratamentos culturais e colheita, com o objetivo de construir a planilha do custo de produção de uma propriedade enquadrada no sistema mais usual da região.

Em 2015 foram apresentados os resultados do levantamento de campo sobre os custos de produção de soja, milho, feijão e trigo nos municípios de Castro, Guarapuava, Cascavel e Londrina com base na safra de 2014/2015, envolvendo 34 produtores rurais. O tamanho do módulo das áreas avaliadas foi de 65 ha em Cascavel, 96,8 ha em Londrina, 400 ha em Castro e 280,5 ha em Guarapuava.

Custos de Produção de Cordeiros no Paraná

A FAEP articulou parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e cooperativas para a realização de um levantamento de custos de produção de cordeiros no Estado. O levantamento será realizado em duas etapas, em cinco regiões do Paraná. A primeira foi nos meses de junho e julho e a segunda está prevista para início de 2016, quando a maioria das propriedades já tem os animais comercializados para

abate, fechando o ciclo. Foram escolhidas as regiões de Guarapuava, Castro, Cascavel e Pato Branco, devido à maior facilidade de acesso aos produtores organizados nas respectivas cooperativas locais.

O levantamento consistiu em entrevistas com produtores seguidas de visitas às propriedades, onde foram atribuídos valores para as instalações utilizadas e identificadas as despesas e receitas, realizando-se o rateio entre as diferentes atividades conduzidas. Entre as principais dificuldades verificadas estão a competição com o abate clandestino, deficiências na escrituração zootécnica e a falta de mão de obra qualificada na cadeia.

Foi verificado que a ovinocultura figura como uma atividade terciária ou até mesmo quaternária nas propriedades. Entretanto, com a atuação das cooperativas a criação de cordeiros ganhou espaço e os produtores passaram a dedicar maior atenção à atividade.





CONSECANA CONSELEITE

A formação do preço da cana-de-açúcar e do leite a serem pagos aos produtores, assim como de outros produtos que não têm os preços definidos em bolsas de mercadorias, sempre foi causa de desentendimento e desconfiança entre produtores e indústrias. Na busca por harmonizar esse ambiente conflituoso, a FAEP criou dois Conselhos: em 2000, em parceria com a Alcopar foi instituído o Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado do Paraná (Consecana), e, em 2002, em parceria com o Sindileite, começou a funcionar o Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná (Conseleite). Os conselhos indicam mensalmente preços de referência para a matéria-prima, tendo como base os preços de ataca-

do dos produtos derivados. A metodologia para definir esses valores foi adaptada para uso específico para as condições do Estado, tendo por base estudo feito por professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Com isso, os produtores rurais obtêm benefícios com a adição de valor realizada pelas indústrias que beneficiam o leite e a cana.

• ADEQUAÇÃO DO LEITE PADRÃO

Os parâmetros de qualidade do leite padrão, que é o utilizado para a formação dos preços de referência, são definidos pela Câmara Técnica do Conseleite, composta por técnicos representantes do setor rural e do industrial. A Câmara Técnica que trabalhou em 2015 para adequar esses parâmetros a um leite de melhor qualidade, seguindo a mesma direção da IN 62/2011 do MAPA que passou a exigir melhor qualidade do leite nacional a partir de julho.

O novo leite padrão Conseleite contempla aumento para os teores de proteína e gordura e diminuição nas contagens bacteriana e células somáticas, o que resulta em um Valor de Referência mais elevado, contribuindo para melhorar a renda dos produtores conforme a qualidade do leite apresentado.





COMISSÕES TÉCNICAS



Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite

No Paraná, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), 54.725 produtores de leite (55% do total) comercializam até 50 litros por dia e são responsáveis por apenas 15% da produção estadual. São produtores cuja permanência na atividade depende do aporte de políticas públicas consistentes, dados os aspectos sociais que os cercam.

Na outra ponta, 5.970 produtores (6% do total) com comercialização acima de 251 litros de leite por dia são responsáveis por 42% da produção estadual. Entre os dois extremos, cerca de 38 mil produtores comercializam entre 50 e 250 litros por dia, sendo responsáveis por 43% da produção estadual. É um grande contingente de produtores que, com assistência técnica qualificada, podem obter incrementos significativos na atividade, com aumento de renda, de qualidade de vida e de arrecadação para o Estado. Essas melhorias são o foco de atuação desta Comissão.

• PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS TÉCNICOS

Face à necessidade de indução de melhorias nas práticas de manejo e demais atividades na propriedade leiteira, o Sistema FAEP foi uma das instituições parceiras na realização de importantes eventos técnicos realizados no Paraná: o V Simpósio Internacional Leite Integral–Vacas em transição e o 6º Simpósio Internacional Sobre Produção Competitiva De Leite. A participação significativa de profissionais da assistência técnica pública e privada nesses encontros técnicos de alto nível possibilita a transferência dos conhecimentos adquiridos para os produtores.

As palestras de pesquisadores especialistas durante o V Simpósio Internacional Leite Integral –Vacas em transição foram assistidas por cerca de mil participantes, entre técnicos, produtores e estudantes, sendo 42 pessoas patrocinadas pela FAEP, entre membros da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP e técnicos do Sistema FAEP/SENAR-PR.

O 6º Simpósio Internacional sobre Produção Competitiva de Leite foi assistido por cerca de 700 participantes de diversos Estados. O Sistema FAEP/SENAR-PR patrocinou a participação de 21 membros da sua Comissão Técnica.

ca de Bovinocultura de Leite e três técnicos do Sistema. Foram apresentados resultados de pesquisas e trabalhos desenvolvidos nas áreas de organização do setor, assistência técnica e viabilidade econômica, gestão da propriedade e de pessoas, qualidade do leite e de produtos, nutrição de precisão, mercado e competitividade, criação terceirizada de bezerras.



Aliança Láctea Sul Brasileira

A Aliança Láctea Sul Brasileira é um fórum público-privado permanente, instituído pela assinatura de um protocolo de intenções pelos governadores dos três Estados da região Sul do Brasil, em setembro de 2014.

A concepção da Aliança teve origem nas discussões ocorridas na Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP e no Conseleite/PR sobre a similaridade da atividade leiteira nos três Estados e a possibilidade de realizar ações capazes de transformar a região em um bloco produtor e comercial. A Aliança busca fomentar o desenvolvimento e implementação de políticas conjuntas de Estado com o objetivo a curto e médio prazo de promover a evolução e harmonização de políticas sanitárias, de sustentabilidade, de assistência técnica aos produtores, de inocuidade e segurança do leite e derivados, de tributação, entre outras.

Na reunião em Porto Alegre (RS), em abril, foram escolhidos para serem trabalhados de imediato os temas da qualidade do leite e dos produtos lácteos e a transferência de conhecimentos e tecnologia. Foi acordada a realização de workshops em cada Estado, com a presença de representantes da cadeia de leite e derivados e de instituições correlatas, com o objetivo de identificar como trabalhar com os temas atendendo as prioridades de cada estado.

No Paraná, o workshop realizou-se no dia 13 de julho, na sede da Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (AP-CBRH), com a participação de 50 representantes da cadeia. Foram apresentados exemplos de três empresas paranaenses que aplicam programas de pagamento do leite por qualidade. Foram escolhidas empresas pequenas e médias para comprovar a viabilidade

de estabelecimentos desse porte implementarem o referido programa. Os representantes dos setores industrial e rural assistiram a apresentação do SENAR-PR, SEBRAE-PR, SENAI e Emater sobre as ofertas de transferência de conhecimento tecnológico e de gestão disponíveis, com vistas à possibilidade de ter suas demandas atendidas.

Em 19 de agosto foi realizada a 4ª reunião da Aliança, em Florianópolis na qual cada estado apresentou o resultado dos respectivos workshops.

Em 22 de outubro foi realizada a 5ª reunião, no município de Castro, quando a coordenação geral, que no período 2014/ 2015 coube ao presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP, Ronei Volpi, foi transferida para o Secretário Adjunto da Agricultura e Pesca do Estado de Santa Catarina, Airton Spies, que cumprirá mandato de um ano.



Comissão Técnica de Cafeicultura

A Comissão Técnica de Cafeicultura se reuniu em 2015 em junho, e abordou temas como a conjuntura nacional do café e a importação de grãos verdes de café do Peru, além do cadastramento de propriedades com café do projeto piloto no município de Apucarana. Outro destaque foi a formação de um grupo técnico constituído por representantes da cadeia produtiva do café, como FAEP, Fetaep, Seab, Iapar, Emater, Mapa, Conab e Cooperativa Cocamar, responsáveis por elaborar uma planilha com as ações necessárias para o revigoramento da cultura no Paraná.

Atualmente a cafeicultura paranaense ocupa 52.900 hectares, dos quais 44.540 em produção, uma realidade bem distante da década de 60, em que o Paraná foi líder nacional com 1,8 milhão de hectares. Perante esse cenário a cafeicultura paranaense tem duas direções. A primeira é manter a área atual, consolidando a cadeia produtiva; a segunda é renovar gradativamente os cafezais antigos, adequando-os ao sistema mecanizado e adotando cultivares com objetivo de melhorar a produtividade média paranaense, hoje em torno de 27 sacas/ha.

Em ambas as frentes a FAEP vêm atuando junto à Comissão Técnica de Cafeicultura e na câmara setorial de café, contribuindo com sugestões e propostas nos documentos encaminhados ao MAPA e CNA, questionando e discordando da importação de café pelo governo federal proveniente do Peru.

A participação inicial neste processo é apoiar a extensão do cadastro de propriedades de café, elaborado pela Seab/Conab para outros municípios que contemplem a produção do café, articulando com os sindicatos rurais e seus produtores para o acesso às propriedades, para informações de cadastro aos moldes do ocorrido em Apucarana.

Comissão Técnica de Caprinocultura e Ovinocultura

O Paraná conta com um rebanho total de 541 mil ovinos e 98 mil caprinos, totalizando 639 mil animais em 2014, conforme dados da Adapar. A criação desses animais é predominantemente voltada à produção de carne, figurando a lã como um subproduto da cadeia no Estado. A ovinocultura paranaense figura como uma das mais estruturadas do país, devido à atuação das cinco cooperativas de carne que operam no Paraná. Apesar de tal organização, a cadeia ainda enfrenta dificuldades. Para debater os principais gargalos do setor e discutir a conjuntura da atividade no Paraná, a Comissão Técnica de Caprinocultura e Ovinocultura da FAEP realizou duas reuniões no ano de 2015. Entre os principais assuntos discutidos estão a ausência de indicadores de custos de produção, a predominância do abate clandestino, a ausência de programas de melhoramento genético e a indisponibilidade de mão de obra qualificada para o setor. A comissão tem estudado parcerias com universidades para a produção de informações sobre o setor. Um deles visa levantar os custos de produção da atividade no estado, e foi idealizado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). O outro da Universidade Estadual de Ponta

Grossa (UEPG), e pretende identificar animais com maior desempenho produtivo, através de provas de desempenho da progênie. Ambos os projetos, debatidos durante as reuniões, foram encaminhados à FAEP e tiveram sua condução iniciada no ano de 2015.



Comissão Técnica de Avicultura

Desde 2004, o Brasil ocupa a liderança mundial nas exportações de carne de frango. O Paraná é o maior produtor brasileiro, responsável por aproximadamente 33% da produção e das exportações. A avicultura é a atividade responsável pelo segundo maior Valor Bruto de Produção (VBP) do Paraná, que em 2014 somou R\$ 10,2 bilhões. O Paraná possui aproximadamente 19 mil aviários, distribuídos na grande maioria em pequenas propriedades.

A FAEP, através da Comissão Técnica de Avicultura, estabeleceu um fórum onde os produtores podem apresentar suas dificuldades de forma independente e sugerir temas importantes para debate. A comissão realizou três reuniões no ano de 2015, nos meses de abril, agosto e novembro. Os principais problemas apresentados pelos

produtores estão relacionados à não aprovação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 6.459/2013, que trata da regulamentação dos contratos de integração. Esse Projeto de Lei tem sido discutido entre as entidades representantes dos produtores e da agroindústria, visando o consenso entre as partes envolvidas. A frequente participação da FAEP nas negociações tem sido fundamental para garantir o consenso em torno de emendas que favoreçam o desenvolvimento da cadeia produtiva.

A FAEP apresentou para a Comissão o levantamento dos custos de produção avícola, obtidos através de painéis realizados em oito regiões do Estado. Os painéis contaram com representantes dos avicultores, das agroindústrias e instituições financeiras além do consultor técnico da FAEP, que realizaram a atualização dos preços, indicadores técnicos e econômicos. Esses levantamentos indicaram que os preços recebidos pelos produtores estão abaixo do custo total de produção em 44% dos sistemas analisados.

Em 18% dos sistemas a remuneração está abaixo do custo operacional e em relação ao custo variável 4% trabalham no vermelho.

• ENERGIA ELÉTRICA NO MEIO RURAL

Outro problema recorrente levantado nas reuniões da comissão técnica foi relacionado com o fornecimento de energia elétrica. Na produção avícola, dependem dela os equipamentos que proveem a alimentação dos animais e o funcionamento dos equipamentos para climatização nos aviários. A rede de distribuição no meio rural da Copel (concessionária de energia que atua em praticamente todo o Estado) tem mais de 30 anos. Está sobrecarregada, o que resulta em quedas frequentes no fornecimento, que elevam a taxa de mortalidade das aves e geram gastos com alternativas para manter o



funcionamento dos galpões, causando aumentos consideráveis nos custos de produção.

Não bastasse isso, os custos aumentaram consideravelmente. A FAEP desenvolveu estudos e analisou os impactos desses aumentos na cadeia produtiva. Somente em 2015, a energia elétrica subiu mais de 90% na fatura do consumidor rural, mesmo incluído no programa Tarifa Rural Noturna.



Levando tudo isso em conta, técnicos da FAEP reuniram-se com equipes da Copel com objetivo de direcionar corretamente futuros investimentos nas redes de transmissão de energia elétrica. O que resultou no lançamento no dia 27 de agosto do Mais Clic Rural, programa que vai destinar R\$ 500 milhões na melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica para consumidores do campo, fornecendo energia elétrica com qualidade equivalente a de grandes centros urbanos.

A FAEP também passou a frequentar como visitante nas reuniões mensais do Conselho de Usuários da COPEL, com o objetivo de acompanhar e interceder diretamente nas questões que possam interferir nas atividades produtivas do agronegócio.

Projeto Geradores de Energia Elétrica

A FAEP realizou ainda um estudo para viabilizar aos produtores a aquisição de geradores de energia elétrica de forma subsidiada, através de negociações junto aos fornecedores do equipamento, agroindústrias integradoras, governo do estado e Copel. Um dos objetivos foi mostrar a necessidade de investimentos futuros por parte da concessionária para melhorias na rede de transmissão de energia elétrica, facilitar a instalação de novos pontos de energia e transformadores de maior capacidade nas propriedades.

Em curto prazo, a proposta incentiva à instalação de grupos geradores nas pequenas propriedades rurais ou geradores de energia agrícola, através de redução ou isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e linhas de financiamentos com juros baixos e prazos acessíveis.

Além disso, a FAEP propõe a utilização dos créditos de ICMS gerados pelas agroindústrias e a transferência desses para redução do custo de geradores elétricos, possibilitando aos pequenos produtores a aquisição do equipamento com menor custo. O projeto foi apresentado ao governo do Estado.



Projeto de Lei N° 6.459/2013 Lei das Integrações

Existe um vácuo legislativo nas relações entre a agroindústria integradora e o produtor de aves e suínos. Para orientar essa relação foram feitas diversas tentativas, através de projetos de leis apresentados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal desde a década de 90. A partir de 2011, as negociações para a construção desse marco legal se intensificaram e a FAEP tem participado desde o início dessa discussão.

Em 2014, o Projeto de Lei da Integração foi amplamente debatido pelos representantes da agroindústria, dos produtores e dos trabalhadores. Como resultado desse debate foram incorporadas ao Projeto de Lei 17 emendas, depois de consenso documentado em ata assinada pelas principais entidades representativas da agroindústria e dos produtores. Apesar do consenso, na hora da votação alguns dos representantes das agroindústrias voltaram atrás e não permitiram a votação do projeto. A dúvida levantada por eles estava relacionada a remuneração dos integrados.

Em 2015, a FAEP participou das reuniões de negociação com os representantes da agroindústria para o Projeto de Lei nº 6.459/2013. Esse consenso é fundamental para encaminhar para a votação com as bancadas da agroindústria e dos produtores apoiando tal proposta.

Em março, a Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS) liderou uma negociação com os representantes da agroindústria para dar nova redação ao projeto. Os produtores, ao tomarem conhecimento, se posicionaram contra, não permitindo assim o avanço da proposta que substituiu o preço mínimo obtido a partir do custo de produção por um preço mínimo a partir da média histórica da remuneração do produtor.

Em 28 de abril foi realizada a reunião da Comissão Nacional de Aves e Suínos da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Após muito debate, decidiu-se defender a redação original da PL da integração oriunda do Senado Federal. No dia seguinte houve encontro da Câmara dos Integrados, que congrega indústria e produtores, na sede da

Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). Nessa ocasião, a agroindústria tomou conhecimento da decisão dos produtores. Essa dificuldade de se construir o consenso gerou sentimento de frustração entre os negociadores.

Entretanto, nessa mesma reunião a FAEP apresentou uma nova proposta que consiste na criação de um Grupo de Trabalho que, mediado pela academia, desenvolverá a metodologia para o estabelecimento de um preço de referência a ser adotado pela Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadec) nas negociações de remuneração. Essa proposta em princípio foi acatada e o Comitê Paritário da Integração de Santa Catarina reuniu-se em junho concordando com a proposta e emitiu documento para registrar apoio.

Em encontros subsequentes foi atingido novo consenso, de modo que em julho foi redigida uma Ata de Compromisso das entidades participantes, com os ajustes finais da redação com o teor proposto pela FAEP. A partir desse consenso as entidades participantes firmaram compromisso em defender as emendas com o objetivo de promover a votação para aprovação do Projeto de Lei na Câmara dos Deputados. A FAEP também participou de audiência pública para esclarecer sobre o Projeto de Lei.

Comissão Técnica de Hortifruticultura

A Comissão Técnica de Hortifruticultura da FAEP realizou duas reuniões durante o ano de 2015, em abril e setembro. Entre os temas debatidos o destaque foi para a rotulagem de frutas e hortaliças “in natura”, normatizada pela Resolução SESA nº 748/2014, para a sua operacionalização no Paraná, desde a produção até a comercialização. A prática do uso do rótulo facilita a identificação dos responsáveis pelo produto e a realização de ações corretivas para solucionar possíveis problemas, como exemplo a presença de resíduos de agroquímicos.

Outro assunto discutido pela Comissão foi a importância do receituário agrônomo para o produtor, documento necessário para a compra de agroquímicos e que possui orien-



tações sobre o uso de agrotóxico na cultura implantada na propriedade. Os participantes foram informados sobre as ações referente às “minor crops”, que são as culturas que possuem poucos ou nenhum agroquímico registrado.

Rotulagem de frutas e hortaliças "in natura"



A Resolução nº 748/2014, que regulamentou a rotulagem de produtos hortícolas "in natura" a granel e embalados, que sejam produzidos, distribuídos ou comercializados no Estado do Paraná, foi editada em dezembro de 2014 pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa). Essa rotulagem é uma identificação, que pode ser uma etiqueta colada ou impressa na embalagem, um carimbo ou outras formas de impressão. O rótulo deve conter as informações obrigatórias sobre a origem do produto de forma legível e de fácil visualização. Para orientar o cumprimento dessa resolução, a FAEP elaborou uma cartilha direcionada aos

técnicos das vigilâncias sanitárias estadual e municipal, engenheiros-agrônomos e técnicos de assistência técnica e extensão rural pública e privada, produtores rurais, distribuidores e comerciantes de frutas e hortaliças. O conteúdo da cartilha traz as informações sobre o que, obrigatoriamente, um rótulo deve conter para garantir a rastreabilidade de origem dos produtos hortícolas, desde a produção até chegar aos pontos de venda ao consumidor. Também foi desenvolvido pela FAEP um hotsite centralizando numa única página na internet todas as informações sobre o assunto.

O Sistema FAEP, em parceria com outras entidades, promoveu mais de 25 eventos em forma de oficinas, totalizando aproximadamente três mil participantes nos municípios de Assaí, Apucarana, Bandeirantes, Campo Mourão, Cascavel, Colorado, Corumbataí do Sul, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Jandaia do Sul, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Toledo, Francisco Beltrão, Santa Isabel do Ivaí, São Pedro do Ivaí e Ubitatã. As oficinas tiveram como objetivo informar e orientar técnicos, produtores, atacadistas e varejistas sobre as informações e padrões que devem constar nos rótulos de frutas e hortaliças.

A FAEP e a Central de Abastecimento do Estado do Paraná (Ceasa) solicitaram a Sesa adequações para facilitar a implementação da resolução, tais como permitir que o produtor utilize o número do Cadastro do Produtor Rural (CAD/PRO) como documento de identificação, ajustar os padrões de tamanho dos rótulos e cartazes de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); realizar um período orientativo de 60 dias a partir de 1º de julho, em que os fiscais de vigilância sanitária não abriam processos administrativos, apenas notificações para orientar ao produtor rural, distribuidores e comerciantes para correção e adequação dos rótulos e cartazes fossem encontradas.

Essas solicitações foram acatadas pela Secretaria da Saúde, que em 23 de julho publicou as correções na Resolução nº 292/2015.

O cumprimento dessa legislação beneficiará os consumidores, respeitando o direito à informação, e os produtores rurais, que terão o nome associado à mercadoria por ele produzida; e os comerciantes que poderão identificar e qualificar seus fornecedores e, assim, aprimorar seu processo de compra e atendimento de seus clientes.

instituições financeiras, além do consultor técnico da FAEP. Foram analisados sistemas de produção integrados a agroindústrias e independentes, desde a produção de leitões até o ciclo completo.

Os membros da Comissão puderam assistir à palestra “Programa Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura – PNDS”, proferida pela Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS), que ressaltou a importância e os benefícios do plano à suinocultura nacional.



Importantes assuntos relacionados ao Programa Estadual de Sanidade Suína foram tratados nas reuniões da Comissão Técnica. Os membros foram atualizados sobre o pleito junto a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) para reconhecimento de zona livre de Peste Suína Clássica (PSC) e livre sem vacinação de Febre Aftosa. O reconhecimento de área livre de Peste Suína Clássica junto a OIE está previsto para 2016, desde que o governo do Estado cumpra as exigências técnicas impostas pelo MAPA.

Comissão Técnica de Suinocultura

A Comissão Técnica de Suinocultura da FAEP realizou três reuniões durante o ano de 2015, em abril, agosto e novembro. Nesses encontros, foi avaliada a conjuntura da atividade nas diferentes regiões do Estado. Os membros participantes informaram sobre a situação do mercado regional, preços praticados, volumes comercializados, dificuldades com mão de obra, relação com agroindústria e fornecedores de insumos.

Foram apresentados os custos de produção, levantados através de painéis realizados em três regiões paranaenses. Os painéis contaram com a participação de representantes dos suinocultores, das agroindústrias e

O Projeto de Lei de Integração nº 6.459/2013 também foi abordado nas reuniões da Comissão Técnica de Suinocultura. Foi informado aos produtores sobre o trâmite do Projeto de Lei e sobre as reuniões que buscaram o consenso entre integradoras e produtores integrados.

Outro assunto levantado na Comissão foi sobre energia elétrica. Os membros foram atualizados sobre o andamento do Projeto Geradores que foi apresentado ao governo do estado. Além disso, foram informados sobre reuniões entre técnicos da FAEP e Copel com objetivo de direcionar corretamente futuros investimentos nas redes de transmissão de energia elétrica, levando em consideração a região das principais cadeias produtivas.



Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte

A FAEP vem debatendo os principais entraves da cadeia produtiva da bovinocultura de corte no Paraná através das reuniões da Comissão Técnica. Desde 2014, essas reuniões têm sido realizadas parte em Curitiba, parte como dias de campo, para apresentar aos produtores sistemas produtivos e tecnologias diferenciadas.

Em 2015 foram realizadas quatro reuniões, onde foram debatidos diversos assuntos pertinentes ao setor. A primeira foi realizada em Curitiba, e teve como tema principal a elaboração do projeto de desenvolvimento para a cadeia. Denominado Plano Integrado de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte no Paraná, o trabalho envolve ações que almejam promover melhorias para a cadeia em todas as suas frentes. Durante a reunião, os participantes sugeriram diversas ações a serem contempladas no Plano, com vistas a solucionar as dificuldades encontradas por eles durante a condução das atividades em suas propriedades. Além do Plano, foi também amplamente discutida a retirada da vacinação contra a febre aftosa.

O assunto não apresentou unanimidade entre os produtores, entretanto, foi promovido um debate, com a apresentação dos prós e contras da medida e suas implicações. Foi salientado que a FAEP apoia a iniciativa, desde que os requisitos de estruturação da Defesa Sanitária Estadual estejam em conformidade com as determinações do MAPA

A segunda reunião da Comissão foi realizada em Guarapuava, sob a forma de dia de campo, em dois dias. No primeiro, os produtores foram recebidos na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro),

onde voltaram a debater a retirada da vacinação contra febre aftosa, conheceram os experimentos em integração lavoura-pecuária (ILP) da universidade e discutiram boas práticas de fertilização de pastagens. No segundo dia, os produtores foram recebidos na Fazenda Capão Redondo, de propriedade da família do presidente do Sindicato Rural daquele município, Rodolpho Luiz Werneck Botelho. Lá, puderam conhecer as áreas de Integração Lavoura-Pecuária e integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), além de assistir à uma palestra de um pesquisador do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) sobre fertilização de pastagens, cultivares de forragens de inverno e recuperação de pastagens em áreas declivosas.

A terceira reunião da Comissão Técnica foi realizada na região Noroeste do Estado, em Loanda, Diamante do Norte, Nova Londrina e Paranaíba. Foi promovido o “Rally da Carne”, evento idealizado pela Emater e Adapar locais, no qual os produtores visitaram quatro propriedades com sistemas produtivos diferentes no mesmo dia, em carreata. Apesar das diferenças, todas as propriedades são igualmente eficientes na produção de bezerros ou animais para abate. Foram visitadas propriedades que realizavam ciclo completo e outras apenas recria e engorda. Parte

delas conduzia integração lavoura-pecuária-floresta, com pastagens tropicais, eucalipto e mandioca como principal cultura agrícola.

A quarta reunião da Comissão Técnica foi realizada em Curitiba, no dia 27 de novembro, na qual foram apresentados os avanços na implantação do Programa Pecuária Moderna e as etapas iniciais para o ano seguinte.



Foi realizado pela FAEP em maio de 2015 o Workshop da Bovinocultura de Corte do Paraná, com o intuito de promover a participação dos profissionais na elaboração de linhas de ação a serem contempladas pelo referido projeto. As ações idealizadas no evento envolvem todos os elos da cadeia, com vistas a conduzir atividades que venham a contribuir com o melhor desenvolvimento da atividade no Paraná.

Na cadeia produtiva, o programa almeja realizar diversos eventos por todo o Estado, como palestras, dias de campo e reuniões técnicas, para divulgar e estimular a adoção de tecnologias produtivas eficientes.

Em 2015 foram realizados 16 seminários de divulgação em diversas regiões do interior. Esses seminários são fundamentais para a capilarização do Plano junto às regiões produtoras, agregando pecuaristas à iniciativa e possibilitando o cadastramento de técnicos para treinamentos e/ou de propriedades a serem contempladas em suas ações.

Plano Integrado de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte no Paraná

No ano de 2014, a FAEP realizou duas reuniões com as diversas entidades ligadas ao setor, promovendo o debate sobre os entraves da cadeia da carne bovina. Com o intuito de redigir um projeto de desenvolvimento para o setor, participaram das reuniões entidades de pesquisa, assistência técnica, extensão rural, ensino, representantes de classe e da indústria. Nesses encontros foram discutidas as principais linhas de ação que norteariam a composição deste trabalho, elaborado em conjunto com todas as instituições pertinentes ao setor. Foi detectado que seria interessante promover a participação de profissionais que atuam nas diferentes regiões do Estado, de modo a ter maior representatividade da atividade no Paraná.

O programa contempla também diversos treinamentos elaborados pelo SENAR-PR, em todos os níveis, do trabalhador ao pecuarista, de forma a aprimorar a qualidade e a capacidade da força de trabalho no campo. Além dessas ações, o programa prevê conduzir projetos que permitam atingir a autossuficiência na produção estadual de bezerras, dada a iminente retirada da vacinação contra a febre aftosa e o conseqüente fechamento das fronteiras estaduais para a entrada de animais.

A adoção de tecnologias produtivas que permitam a intensificação da pecuária em áreas que não permitam a condução de agricultura também fazem parte do Plano, evitando assim a competição entre as atividades. Entre as ações “fora da porteira” figuram o estreitamento das relações entre o produtor e a indústria, a qualificação de processos frigoríficos,



formação de parcerias e organização dos produtores em cooperativas de carne ou em grupos de pecuaristas.

Com duração prevista de 10 anos, o Plano Integrado de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte será revisto constantemente e tem sua governança realizada por um Comitê Gestor Central, composto por representantes das principais entidades ligadas ao setor e agentes financeiros atuantes no Estado.

Esse Comitê realizou 13 reuniões em 2015, nas quais foram definidas as estratégias para a implantação do Plano no estado. O lançamento do Plano foi realizado pelo governador do Estado Beto Richa, no dia 11 de agosto, no Palácio Iguçu.



Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas

A estimativa de produção de grãos para o Paraná, na safra 2015/2016 é de 38,4 milhões de toneladas, o que representa 18% da produção nacional, permanecendo o estado como segundo maior produtor, conforme estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

As reuniões da Comissão trataram de diversos assuntos de interesse dos produtores rurais, entre os quais:

- Área de refúgio e royalties da soja: as discussões para a regulamentação das áreas de refúgio estão paradas. Falta um parecer técnico da pesquisa que determine o percentual de área, o que contribuiu para a ausência dessa regulamentação;

- Royalties do uso da tecnologia RR2 PRO: foram apresentados os valores para a safra 15/16 para o uso da tecnologia. Para cada hectare com a tecnologia o produtor desembolsará R\$122,19, valor já pago no momento da compra da semente. Caso o produtor plante semente salva, o valor da tecnologia será de R\$134/ha, para produtividades de até 71 sacas por hectare;

- Subvenção ao prêmio do seguro rural: foi informado aos produtores que o Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAPA) definiu junto ao governo que os R\$ 300 milhões referentes ao orçamento de 2014 serão pagos com recurso do orçamento de 2015, estando ainda pendente a norma para autorização deste uso do orçamento de 2015;

- Tendências climáticas: foram apresentadas pelo Instituto Nacional de Meteorologia as tendências para o ano, destacando a interferência do El Niño, que possivelmente provocará aumento de chuvas no Sul e Centro-Oeste brasileiro, e a falta delas nas regiões Norte e Nordeste. Para o trigo são previstas chuvas acima do normal no período da colheita, podendo provocar problemas para a cultura;

- Exportações de granel por contêineres: três empresas promoveram um painel de informações sobre a possibilidade de os produtores rurais pessoas físicas poderem exportar diretamente. Desde que haja um importador



interessado, o produto poderá ser exportado com melhores resultados para o produtor rural;

- Soluções para manejo na propriedade rural: foi apresentada uma alternativa moderna de manejo agrícola nas propriedades. Atualmente o processo de controle faz um diagnóstico de infestações sem precisão, não conseguindo identificar o momento certo para as pulverizações. A cada ano há um aumento nas quantidades aplicadas de defensivos sem que haja um controle efetivo, aumentando os custos;
- Técnicas de controles das invasoras buva e capim amargoso: a Embrapa Soja fez uma apresentação das incidências, riscos e os controles dessas invasoras. Foram feitas algumas recomendações como não deixar áreas em pousio, fazer a rotação de culturas, usar as dosagens corretas dos defensivos, entre outras;
- Novo seguro para o trigo: a estruturação do novo produto foi apresentada e leva em conta a produtividade e a qualidade do trigo baseado no índice de PH do grão. O novo modelo de seguro para o trigo está sendo ajustado à realidade de mercado e deverá estar disponível para os produtores rurais para a safra que será plantada em 2016;

- Foram feitas reuniões do Projeto Campo Futuro, com membros da comissão em quatro cidades (Castro, Guarapuava, Cascavel e Londrina) e coordenação do CEPEA/ESALQ/USP, nas quais foram analisados os resultados e projeção dos custos das culturas da soja, milho, feijão e trigo.

Comissão Técnica de Cana-de-Açúcar

Nas reuniões realizadas em 2015, a Comissão Técnica de Cana-de-Açúcar discutiu a situação difícil que o setor sucroenergético vem enfrentando nas últimas safras, bem como os trabalhos desenvolvidos na busca de soluções.

O presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil – Feplana e membro da Comissão da FAEP participou das reuniões relatando as ações desenvolvidas pela Feplana junto aos Ministérios envolvidos com o setor, com o objetivo de implantação de medidas, como a volta da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). As ações mais recentes referem-se à solicitação, embasada em estudo técnico, para um aumento no valor da CIDE que, indiretamente favorece o preço do etanol e o setor como um todo.

Nesse período a FAEP dedicou-se à contratação de especialistas para elaboração de estudos com o objetivo de possibilitar a reativação do setor sucroenergético, combatido pelo efeito de sucessivas safras mal sucedidas, efeitos de condições climáticas adversas, preços internacionais de açúcar em declínio, preços de etanol abaixo dos custos de produção, preços da cana remunerando apenas o custo dos produtores.

Tais estudos culminaram com a criação do Programa de Reativação da Expansão do Setor Sucroenergético do Paraná, que gerou bons resultados junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), ao governo do Estado e à Copel.



Programa de Reativação da Expansão do Setor Sucroenergético do Paraná

Nas últimas safras o setor sucroenergético vem atravessando uma série de dificuldades climáticas e conjunturais, que culminaram em uma das maiores crises enfrentadas pelo setor. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), na safra 2009/2010 a produtividade média dos canaviais brasileiros era de 81,5 toneladas de cana-de-açúcar por hectare, caindo para 70,5 t/ha na safra 14/15 (13,5% a menos). No Paraná a queda foi maior no mesmo período: a produtividade passou de 85 t/ha para 68 t/ha (20% a menos).

O rendimento industrial, considerado a quantidade de ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada de cana também caiu, pelas mesmas razões da queda de produtividade: seca, excesso de chuva e geada ocorridas em diferentes épocas, associado às dificuldades financeiras para investimento em tratamentos culturais adequados e renovação dos canaviais. Acrescente-se a esses fatores os preços baixos do açúcar no mercado internacional, a perda de competitividade do etanol ante à gasolina, cujo preço foi subsidiado pela isenção da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), que voltou a ser cobrada apenas em 2015, e a valorização do dólar,

moeda de grande parte da dívida do setor. Em consequência, desde 2008 cerca de 80 usinas já fecharam as portas no Brasil e 67 estão em recuperação judicial.

No Paraná, as empresas sucroalcooleiras também foram atingidas e, para evitar um mal maior, que seria a quebra de muitas delas, o que deixaria os fornecedores de cana sem ter para quem vender a produção e eliminaria muitos postos de trabalho, a FAEP buscou uma solução para reativar o dinamismo do setor. Assim como ocorreu em 2004, quando o setor enfrentou crise semelhante, ocasião em que uma ação da FAEP sensibilizou o governo do Paraná a publicar o Decreto nº 3.493/2004 criando o “Programa de Reativação da Expansão do Setor Sucroenergético do Paraná”, novamente a mesma estratégia foi utilizada em 2015.

A FAEP contratou uma assessoria especializada que desenvolveu o Programa de Reativação do Setor Sucroenergético do Paraná, demonstrando a grande capacidade do setor na geração de empregos e renda e que a mesma vem sendo degradada pelos motivos já mencionados, resultando em queda da saúde financeira das empresas e retração dos investimentos necessários para que continuem crescendo ou, no mínimo, retornem aos patamares de produção anteriormente alcançados. O programa contém uma proposta bem definida para a recuperação do setor contemplando ações que favoreçam a retomada do crescimento, focado no aumento da produção, do número de empregos e da geração de energia a partir da biomassa de cana (bagaço e palha).

Ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa solicitou um reescalonamento das dívidas vincendas nos próximos três anos, haja vista que os efeitos da crise tiraram a capacidade de as empresas honrarem os compromissos futuros. Também foi solicitado adequações nas linhas de crédito para o setor.

Ao governo do Estado do Paraná foi solicitado apoio para a reversão desse ciclo de declínio e a resposta veio através da edição do Decreto nº 1819 de 7 de julho de 2015, que

instituiu o “Programa de Reativação da Expansão do Setor Sucroenergético do Paraná”, contendo as seguintes metas: aumentar a produtividade e a área plantada dos canaviais, geração de 12.800 novos empregos diretos e 30 mil indiretos, geração de negócios para as indústrias de bens de capital do Paraná, aumento da participação da energia elétrica da biomassa da cana-de-açúcar na matriz energética do Estado, melhoria das condições de infraestrutura e logística.

Com o apoio do governo do Estado, o reescalonamento das dívidas e a melhoria nas linhas de crédito, será possível que em três anos o Paraná, aumente a receita com as exportações de açúcar VHP em US\$ 7,8 bilhões e expanda a cogeração de energia elétrica da ordem de 3.251 GWh em 13 usinas, equivalente a 1,2 turbina da Hidrelétrica de Itaipu. O setor industrial terá condições de recompor sua capacidade de geração de emprego e renda e os fornecedores de cana poderão contar com indústrias mais fortes para honrar os compromissos de compra da cana.

Em agosto, um grupo formado pelos presidentes da FAEP, Alcopar, representantes do governo estadual e consultores apresentou o programa ao BNDES e ao Ministério da Agricultura. Para organizações estaduais, a FAEP promoveu duas visitas de técnicos à Usina Barra Grande, em Lençóis Paulista-SP, pertencente ao grupo Zilor, pioneiro no aproveitamento da palha de cana para geração de energia. Foi uma visita de aquisição de conhecimento, desvendando os caminhos para a geração de energia elétrica a partir da utilização da palha que sobra nos canaviais após a colheita da cana, até agora desperdiçada.

Em 2 de setembro, o Programa foi apresentado e discutido em workshop realizado na sede da Copel, em Curitiba, que contou com a presença do diretor presidente da instituição, Luiz Fernando Leone Vianna, além dos diretores presidentes da Copel Renováveis, Copel Participações e do diretor de Desenvolvimento de Negócios, entre outros. Também participaram da reunião Miguel Tranim, presidente da Alcopar, industriais do setor sucroenergético e assessores que, por solicitação da FAEP e Alcopar, elaboraram o Programa de Reativação da Expansão do Setor Sucroenergético do Paraná.

O programa foi reconhecido pela Copel como uma oportunidade de negócio. O presidente da companhia anunciou para breve a constituição de uma subsidiária na Copel para comercialização de energia, o que facilitará as ações desejadas para viabilização desse projeto: de um lado produtores de cana e empresas do setor sucroenergético produzindo e vendendo energia elétrica a partir da queima de palha e bagaço de cana e, de outro lado, a Copel, entrando com contratos de compra dessa energia, facilitando o acesso das indústrias ao crédito necessário para adequação das caldeiras para queima mais eficiente da biomassa da cana.

Durante reunião do Programa de Reativação do Setor Sucroenergético, realizada em 24 de setembro, na sede da FAEP, o BNDES divulgou as normas das linhas de crédito para financiamento da produção de cana-de-açúcar que, dentro do contexto de restrição, é uma vitória que atende demanda do setor apresentada durante reunião no Rio de Janeiro, em agosto.





1º. Simpósio de Biomassa e Cogeração de Energia

O Sistema FAEP foi um dos realizadores, junto com a Alcopar, Copel e Governo do Estado, do 1º. Simpósio de Biomassa e Cogeração de Energia, realizado dia 30 de outubro, em Maringá. O evento reuniu técnicos, dirigentes de empresas, líderes do setor e autoridades para debater a oportunidade de aproveitar uma fonte renovável abundante - o bagaço e a palha de cana, para a produção de energia a um investimento relativamente baixo e sem impacto ambiental.

Ao final do evento o diretor presidente da Copel Participações, Reinhold Stephanes, recebeu um documento contendo a formalização da intenção de 17 usinas do setor sucroenergético do Paraná iniciarem o processo de cogeração de energia elétrica e a venda do excedente para a rede de transmissão.



Comissão Técnica de Meio Ambiente

A Comissão Técnica de Meio Ambiente se reuniu no dia 9 de novembro de 2015, tratando dos seguintes temas:

- Proposta de viabilidade de utilização, plantio e colheita dos frutos da Araucária e a permissão a exploração da espécie embasada na pesquisa.

- Foi apresentado um panorama das adesões do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Paraná e o programa de regularização ambiental aprovado em 4 de novembro de 2015, através do Decreto Estadual nº 2711 que regulamenta a Lei Estadual 18.295/2014, e dispõe sobre as formas, prazos e procedimentos para a regularização ambiental das propriedades rurais no Paraná.

- Apresentação sobre as ações da FAEP dentro dos comitês de Bacias do Rio Paranapanema e Rio Tibagi, tratando de assuntos relacionados ao gerenciamento dessas bacias e da importância da participação do setor agrícola nas reuniões dos comitês gestores.

- Foi apresentado o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), seus objetivos e os possíveis impactos para toda a área rural paranaense. Não houve a participação do setor privado em sua elaboração e a equipe elaboradora prevê a apresentação do trabalho finalizado até o final de 2016.

- O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) apresentou do Sistema de Gestão Ambiental, Módulo Produção e Requerimento de Mudanças. Foi apresentada a estrutura organizacional do Instituto e a estrutura física que conta com dois laboratórios de sementes nas cidades de Engenheiro Beltrão e São José dos Pinhais, onde são realizadas coleta, beneficiamento, análise, armazenamento e distribuição de sementes para os 19 viveiros distribuídos no Paraná.

- A Companhia de Seguros MAPFRE apresentou o produto Seguro Florestal, com um panorama da produção do setor florestal e seus usos, as principais espécies

cultivadas, demonstrando as condições de contratação de seguro agrícola de florestas, com simulados de taxa-prêmio de aquisição do seguro e funcionamento do sinistro, coberturas e ressarcimentos previstos nesse seguro.

- A consultoria jurídica Pineda & Krahn abordou sobre os novos procedimentos junto aos registros públicos de imóveis, nos casos dos termos de compromisso florestal e de ajuste de conduta do PRA.



EVENTOS E REPRESENTAÇÃO DA FAEP



Representações da FAEP

A FAEP participa de 11 principais das 36 Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que representam diferentes setores: Cadeias Produtivas do Leite e Derivados; Carne Bovina; Aves e Suínos; Fruticultura; Feijão; Milho e Sorgo; Culturas de Inverno; Soja; Infraestrutura e Logística do Agronegócio; Insumos Agropecuários; Seguro do Agronegócio, Crédito e Comercialização.

As Câmaras Setoriais e Temáticas são fóruns de interlocução criados pelo MAPA para a identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas de

uma forma democrática e transparente de participação da sociedade na formulação de políticas públicas.

As câmaras setoriais e temáticas propõem, apoiam e acompanham ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro. São compostas por representantes de produtores, consumidores, trabalhadores, entidades empresariais e organizações não governamentais, como também órgãos públicos relacionados aos arranjos produtivos.

A FAEP tem levado as demandas dos produtores rurais para serem analisadas e encaminhadas nessas Câmaras do MAPA, tendo em vista que muitos problemas que dificultam a agropecuária paranaense também são motivos de preocupação em outros Estados da federação, assim como de outras instituições das diversas cadeias produtivas. Com isso, as propostas da FAEP ganham aliados em Brasília, tendo maior possibilidade de encaminhamento para suas soluções.

A FAEP participou, por exemplo, na Câmara Setorial de Aves e Suínos do MAPA debatendo com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) sobre o trâmite do PL nº 6.459/2013, que disciplina as relações das agroin-

dústrias integradoras com os produtores de aves e suínos integrados. A FAEP apresentou os resultados do estudo sobre os custos de produção de avicultura e atualização de preços nas nove regiões produtoras pesquisadas no Estado do Paraná em 2014.

Além das Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA, a FAEP tem representações nas Comissões Nacionais da CNA: Bovinocultura de Leite; Bovinocultura de Corte; Ovinos e Caprinos; Suínos e Aves; Cereais, Fibras e Oleaginosas; Café; Fruticultura; Cana-de-Açúcar; Meio Ambiente; Assuntos Fundiários; Trabalho e Previdência; e Pequena Propriedade.



A FAEP passou a participar, como associada, nas reuniões e assembleias da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que abriga o Instituto Pensar Agro (IPA), em Brasília. Esse fórum concentra parlamentares envolvidos com interesses nas atividades e problemas do agronegócio brasileiro.

No Paraná, a FAEP tem representação nos seguintes conselhos: Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA); Conselho Estadual do Trabalho (CET); Conselho Estadual de Relações do Trabalho (CERT); Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Cedraf); Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (Conesa); Conselho Administrativo da Adapar; Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH); Conselho de Administração do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar); Conselho da Administração do Emater-Pr; Conselho Deliberativo do SEBRAE-Pr; Conselho de Previdência Social das regiões de Curitiba, Ponta Grossa e Cascavel.

A FAEP também tem representantes no Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental (APAs); Conselho Consultivo do Parque Nacional do Iguaçu (Conparni); Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina (CAP), representando a CNA; Conselho de Administração da APPA (Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina); Comissão da Produção Orgânica no Estado do Paraná (CPOrg-Pr); Comissão Especial de Recursos (CER) do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro); Comitê Gestor do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural do Paraná; Comissão Estadual de Sementes e Mudanças (CESM) do MAPA; Comitês das Bacias Hidrográficas do Estado do Paraná (CBH); Junta Comercial do Paraná (Jucepar); Agência de Fomento do Paraná (AFPR); e Fórum Futuro 10 Paraná.

As Câmaras Setoriais da Seab com representantes da FAEP são: Suínos; Caprinos e Ovinos; Café; Bovinocultura de Corte; Mandioca; Agricultura Orgânica e Agroecologia.

Participação na FPA/IPA

A FAEP participa desde 2013 como associada nas reuniões e assembleias da FPA, que abriga o Instituto Pensar Agro (IPA), em Brasília. O instituto é composto por 30 entidades de classe do setor, que tem o objetivo de dar suporte a Frente Parlamentar do Agronegócio, com a proposta de acompanhar a agenda legislativa nos temas de interesse do setor e sugerir políticas no Senado, Câmara e governo.

A importância da participação da FAEP está no encurtamento do caminho entre a detecção dos problemas levantados pelos sindicatos, comissões técnicas e produtores rurais e a tratativa dos mesmos pelos parlamentares. A FAEP também participou das atividades de acompanhamento legislativo desenvolvido pelo Instituto Pensar Agro para subsidiar os parlamentares que constituem a Frente Parlamentar da Agricultura.



Comissão de Política Agrícola

A Comissão de Política Agrícola debateu durante 2015 diversos temas de impacto no desenvolvimento da atividade rural. Dentre eles, destacam-se o seguro e o crédito rural, os projetos de lei e medidas provisórias em tramitação no Congresso Nacional. A ação junto ao FPA/IPA foi fundamental para a liberação de recursos da ordem de R\$ 60 milhões

no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, uma vez que havia dificuldade de o governo liberar esse recurso para a cultura em 2015, mas uma nota da FPA/IPA aos parlamentares ajudou a sensibilizar o governo para uma solução, que ocorreu em junho de 2015. Foi por uma ação conjunta das entidades na FPA/IPA, que o Ministro da Fazenda prometeu resolver os problemas de pagamentos atrasados do programa de seguro.

A FAEP participou de um debate sobre estratégias para combater a venda casada no crédito rural. O evento foi realizado em 11 de junho no IPA, em Brasília. Nesse fórum, a FAEP e a Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja) apresentaram os casos mais comuns de venda casada e explicaram que por temerem retaliação dos agentes financeiros diante da necessidade do financiamento o registro de reclamações nos órgãos oficiais como o Procon e o Banco Central do Brasil é baixo.

A sugestão foi de que as denúncias fossem feitas aos sindicatos e federações, e que estas, uma vez averiguando que há um número significativo de casos em determinada região, poderiam encaminhá-las ao Bacen, sem identificar os casos concretos. Assim, o Bacen poderia solicitar ao agente financeiro de todos os extratos de conta corrente dos clientes com liberação de crédito rural e cruzaria essa informação com a venda de produtos financeiros (aplicações, títulos de capitalização). Caracterizada a venda casada, o Bacen poderia aplicar as sanções administrativas previstas em lei. Em 19 de novembro, a FAEP ajudou o FPA/IPA a realizar um seminário sobre "O futuro do seguro agrícola no Brasil", encontro que reuniu mais de 30 entidades e definiu a agenda estratégica do seguro agrícola no país no curto, médio e longo prazo.



Comissão de Meio Ambiente

Nos fóruns realizados pela Comissão do Meio Ambiente foram discutidos:

• PROJETO DE LEI DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O projeto já foi discutido, está em tramitação e é possível ainda sugestões e melhorias ao texto. Foi sugerida a criação de um grupo no IPA para discutir melhorias ao projeto. Foi sugerida a criação de um decreto legislativo que revogue as resoluções do Conama e emendas ao projeto.

• PAGAMENTO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

Já existem diversos processos, porém nenhum deles atende aos interesses do setor. A proposta do IPA é que se deve elaborar um novo texto, capaz de atender às necessidades do agronegócio, com informações claras sobre quem serão os beneficiários e de onde virão os recursos para esse pagamento.



• REGULAMENTAÇÃO DA COTA DE RESERVA AMBIENTAL

A proposta é a imediata regulamentação da Cota de Reserva Ambiental. As entidades acreditam que o pagamento de serviços ambientais não é uma prioridade e que, antes, deve ser discutida a regulamentação da CRA. Por fim, devem tomar conhecimento da proposta do Ministério do Meio Ambiente para depois decidirem como agir.

• PORTARIAS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE Nº 443; 444 E 445/.

As portarias do Ministério do Meio Ambiente tratam sobre animais e plantas ameaçadas de extinção. A Frente Parlamentar da Agropecuária pondera que não ficou claro qual foi o critério usado pelo ministério para proteger cada uma dessas espécies. Eles consideram a lista com duas mil espécies restritiva demais e a proposta é solicitar pedidos de esclarecimentos para ter acesso aos estudos técnicos que fundamentaram a portaria. Outro problema é que a lista não foi devidamente divulgada e a fiscalização já está indiciando e prendendo pescadores, produtores. Serão realizados requerimentos de informação à ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira para cada espécie citada na lista, gerando um descrédito à lista e sua possível suspensão.

Comissão de Infraestrutura e Logística



O Instituto Pensar Agro realizou apenas uma reunião da Comissão neste ano, sendo tratados os seguintes assuntos:

• PORTOS SECOS ALFANDEGADOS

A proposição é de ampliação dos recintos alfandegados no país por empresas privadas através de licitação para suprir a falta de condições do Ministério da Fazenda em fazer as concessões por outorga. A proposição não encontrou consenso na comissão, pelo risco dos portos secos se proliferarem no país sem que o Ministério da Fazenda tenha condições de designar um fiscal para cada local, o que é exigido pela legislação. O impasse será levado a assembleia do Instituto para decisão.

• LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA

O maior gargalo para os investimentos em infraestrutura de transportes no Brasil é a obtenção da licença ambiental. A Comissão entende que deve atuar sobre o tema, envolvendo o Congresso Nacional na solução dos casos mais urgentes e crônicos.

• PL Nº 3.635/2008 – OBRIGATORIEDADE DO USO DE LONAS NO TRANSPORTE DE GRÃOS POR CAMINHÕES

A Comissão é contrária ao PL nº 3.635/2008 e solicitou uma apresentação mais detalhada da necessidade de haver processo licitatório para a escolha de novos Portos Secos para mais informações na tomada de decisão.

Caso seja aprovado no Congresso, criará dificuldades operacionais para os transportadores, como maior tempo para preparar a carroceria, para descarga nos destinos e, sobretudo o aumento de custos para os transportadores/embarcadores.

O Ministério dos Transportes também foi convidado para expor os projetos rodoviários e hidroviários e a situação da licença ambiental de cada um. A partir dessa

informação, o IPA poderá solicitar o apoio da Frente Parlamentar para agilizar os trâmites daqueles projetos considerados prioritários.



Comissão de Defesa Agropecuária

Em 2015, a oficina de sanidade agropecuária teve como principal tema a discussão sobre o Projeto de Lei nº 7.264/2014, que trata da consolidação das leis de defesa agropecuária. O projeto é formado por um conjunto parcial de legislações sanitárias que engloba apenas 13 das 27 leis que regem a sanidade animal e vegetal, insumos utilizados na agricultura e inspeção de produtos de origem animal.

A necessidade de aprovação da consolidação das leis sanitárias é indiscutível. Na prática, os normativos antigos ainda são aplicados desconhecendo a plenitude dos efeitos de acordos internacionais (SPS), do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), análises de risco e até mesmo o código de defesa dos consumidores. Itens relevantes não foram contemplados.

A FAEP mostrou a necessidade de corrigir os erros e as omissões do PL 7264/14. Foi estabelecido um grupo de trabalho para criar um capítulo adicional ao projeto de lei, a respeito da governança e diretrizes da defesa agropecuária. O grupo teve por objetivo definir conceitos e princípios para a nova legislação.

• CONSELHO NACIONAL DE PECUÁRIA DE CORTE – CNPC

O Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPC) decidiu criar núcleos regionais para integrar os interesses da pecuária, congregando as lideranças ligadas à bovinocultura nas Federações e tornar a pecuária de corte mais identificada e estruturada nas principais regiões produtoras.

Foram criados três núcleos regionais: Norte, Centro-Oeste e Sul, com as sedes nas federações dos estados do Pará, Mato Grosso e Paraná, respectivamente.

A FAEP tem como principal responsabilidade coordenar a implantação do Núcleo Sul do CNPC, que congrega os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os núcleos tem o objetivo de consolidar o CNPC como principal fórum de debate da pecuária de corte ao longo da cadeia, com forte presença do segmento de produtores.

Entre os assuntos abordados na primeira reunião do Núcleo Sul do Conselho estão: os avanços no combate à febre aftosa no Brasil e na América do Sul e a harmonização sanitária entre os três Estados e dados produtivos e sua representatividade na produção nacional de carne bovina. Também foram discutidos o plano de governança para a pesquisa agropecuária realizada pelas universidades paranaenses, idealizado pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e a elaboração de um plano de ação conjunto para a pecuária dos Estados do Sul.



- **A PEC 132/2015 (Antiga PEC 71/2011)** que altera a Constituição Federal para permitir a indenização de possuidores de títulos domaniais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988.

- **PEC-45/2013** - Altera o artigo 231 da Constituição Federal, para vedar a demarcação de terras indígenas em áreas invadidas.

- **PL-4059/2012** – O Projeto de Lei (PL) 4059/2012 define os critérios de arrendamento e aquisição de áreas rurais e sua utilização por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras.

- **PL-490/2007** - Que estabelece a demarcação de terras indígenas através de lei.

Comissão de Direito de Propriedade

As discussões que pautaram as reuniões da Comissão de Direito de Propriedade revelaram uma série de projetos que causam impactos imediatos na vida do produtor rural. Entre eles, a criação de um instrumento legal que trate das questões trabalhistas para o setor rural, modernizando e substituindo Lei n.º 5.889/73 de forma completa. Veja outros assuntos discutidos:

- **A PEC-215/2000** que busca transferir para o Congresso a responsabilidade a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas, estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.

- **PL-417/2011** – Dispõe sobre o Estatuto do Índio, para estabelecer que a demarcação de terras indígenas somente será realizada após os trabalhos técnicos que atestem o efetivo caráter indígena da comunidade interessada.

- **PL-1218/2015** - Regulamenta o artigo 231 da Constituição Federal e o artigo 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que dispõe sobre demarcações de terras indígenas.

- **PL 1216/2015** - Regulamenta o artigo 231 da Constituição Federal, dispõe sobre o procedimento de demarcação de terras indígena e revoga o Decreto nº 1.775/1996.



ção de trabalho escravo e dá outras providências.

PDC 1358/2013 - NR 15 - Objetiva-se a revogação da aplicação do Anexo 3 da NR 15 do Ministério do Trabalho e Emprego para as atividades sob céu aberto.

- **PL 1216/2011** - Dispõe sobre a segurança e higiene do trabalho rural.

- **PEC 327/2009** - Revoga parcialmente o art. 109, retirando a competência dos Juízes Federais de processar e julgar crimes contra a organização do trabalho, transferindo para a Justiça do Trabalho a competência penal, pretendendo-se o deslocamento por afinidade e pertinência da matéria.

Comissão Trabalhista

A Comissão trabalhista discutiu em 2015 temas de interesse de todos os produtores rurais, como, por exemplo, a definição das horas *in itinere*. Foram discutidas nas reuniões técnicas medidas para regulamentar o Ponto Eletrônico no meio rural e a questão de cotas para portadores de deficientes em que foi apresentada minuta de projeto para a não aplicação de multa quando não tiver deficientes no mercado de trabalho. Mesmo caso do Jovem Aprendiz, em que foi apresentada minuta de projeto para a não aplicação de multa quando não houver jovem aprendiz no mercado de trabalho.

A terceirização de atividades de trabalho foi outro assunto que demandou muita discussão e foi aprovada na Câmara dos Deputados, aguardando relator na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Veja outros assuntos tratados em 2015:

- **PLS 432/2013** - Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizam a explora-

- **PL 5746/2005** - Altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o peso máximo que um trabalhador pode remover individualmente.

- **NR 31** - Discussões para elaboração de uma proposta alternativa para regulamentar a segurança e saúde do trabalho rural, em estudo a possibilidade de contratação de uma consultoria para assessorar na formulação de alternativas.

HORAS IN ITINERE

Existem duas minutas de Projeto de Lei elaboradas. A primeira altera o § 2.º do art. 58 da CLT, propondo o não cômputo das horas *in itinere* quando o transporte é fornecido pelo empregador.

A segunda, já protocolada e identificada como PL n.º 1256/2015, propõe a alteração do § 3.º do art. 58 da CLT, permitindo a prefixação das horas *in itinere* por meio de acordo ou convenção coletiva.



Eventos Técnicos e Congressos

• III ENCONTRO NACIONAL SOBRE REGISTRO DE AGROTÓXICOS PARA CULTURAS COM SUPORTE FITOSSANITÁRIO INSUFICIENTE

O evento, realizado no dia 28 de janeiro de 2015, em Brasília, teve aproximadamente 200 participantes, representantes de diversas instituições. A organização ficou a cargo da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas), com o apoio do MAPA, Ibama e Anvisa, órgãos de governo envolvidos no registro de produtos para Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI).

O objetivo foi fomentar a discussão sobre o tema das CFSI, apresentar os avanços alcançados e determinar os novos rumos a serem seguidos tanto pelas entidades públicas como pelas privadas, de forma a ampliar o raio de ação da legislação, atendendo as demandas do setor produtivo de forma segura, responsável e eficaz.

As conclusões do evento para aprimorar os avanços de registros para pequenas culturas foram: discussão de políticas sobre agrotóxicos unindo os interesses do MAPA, Ibama, Anvisa e setor produtivo; priorização das demandas do setor produtivo com a maior participação da pesquisa na discussão com objetivo de validar técnica e cientificamente essas demandas, oferecendo para aos produtores defensivos agrícolas seguros e com eficiên-

cia agrônômica e o estabelecimento do Limite Máximo de Resíduos, que é imprescindível para aumentar a participação brasileira no mercado internacional, devendo ser tratado como prioridade no MAPA.

• ENCONTRO DE FISCALIZAÇÃO E SEMINÁRIO DE AGROTÓXICOS – ENFISA

O 13º Encontro de Fiscalização e Seminário sobre Agrotóxicos (Enfisa), realizado entre 20 a 22 de maio em Salvador, foi coordenado pelo MAPA. O setor privado, empresas de insumos, técnicos e produtores participaram por meio das entidades de representação. O objetivo principal do Enfisa é promover ações pela harmonização de procedimentos de fiscalização de comércio e uso de agrotóxicos. O evento tem contribuído, também, para um nivelamento dos serviços estaduais de fiscalização através da identificação de iniciativas bem-sucedidas.

O Paraná foi citado como referência, com os exemplos de coleta de embalagens vazias de agrotóxicos e o Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxico do Estado do Paraná (Siagro). Os principais assuntos debatidos foram a situação atual do Brasil quanto ao uso de agrotóxicos, a necessidade de maior aproximação entre a pesquisa e a fiscalização, os avanços no sistema de logística reversa de embalagens de agrotóxicos e a situação de algumas pragas que, devido à falta de tecnologias para controle, têm aumentado a importância no Brasil nos últimos anos para o manejo e controle.



(SETI) que reafirmaram o comprometimento com os objetivos da Rede. Os pró-reitores e o setor de pesquisa também demonstraram comprometimento.

O segundo foi realizado em 30/11 e 01/12, com 47 participantes entre pesquisadores da área de solos e representantes do setor produtivo, para identificar as demandas de pesquisa na área de solos bem como o material técnico já desenvolvido a respeito, uma vez que o tema “solos” foi definido pelo Comitê Gestor como o primeiro a fazer parte de pesquisas em rede. As demandas prioritárias serão sistematizadas e comporão editais de pesquisas.

Rede Paranaense de Agropesquisa

O governo do Estado criou em 2015, através de decreto, a Rede Paranaense de Agropesquisa e Formação Aplicada que irá pautar e definir as principais demandas e prioridades do setor produtivo que precisam de pesquisa aplicada direcionada às necessidades do agronegócio

Segundo o Decreto a FAEP, OCEPAR e FETAEP terão participação direta na definição das demandas de pesquisa aplicada do setor agropecuário. Outro diferencial da Rede é a realização de pesquisa conjunta, entre diversas instituições que compartilharão pesquisadores e infraestrutura.

Para difundir a Rede e seus objetivos foram realizados dois workshops que discutiram a metodologia para pesquisa em conjunto e a identificação dos problemas mais urgentes da agropecuária que carecem de pesquisa aplicada, bem como aqueles que já dispõem de resultados de pesquisa e precisam ser difundidos

O primeiro ocorreu em 23 e 24 de novembro, com pró-reitores e coordenadores das Agências de Inovação das universidades públicas e privadas com atuação em ciências agrárias no estado, representantes dos institutos de pesquisa públicos e privados, entidades públicas e privadas representantes da agropecuária, reunindo 33 participantes. Entre eles os Secretários Estaduais da Agricultura e Abastecimento (SEAB) e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

A Rede de Agropesquisa e Formação Aplicada é coordenada pela SEAB e SETI, tendo na FAEP a sede do Comitê Gestor, composto por integrantes da coordenação, FAEP, OCEPAR, FETAEP, com apoio do IAPAR e Casa Civil.

Conselho do Parque Nacional de Ilha Grande

A FAEP representa os produtores rurais do Estado no Conselho Consultivo do Parque Nacional de Ilha Grande, unidade de conservação que abrange as ilhas Grande, Peruzzi, do Pavão e Bandeirantes, no Rio Paraná. O Conselho reúne representantes de diversos setores da sociedade (agricultores, mineradores, pescadores, apicultores, empresários, entre outros). O representante da FAEP é o diretor financeiro João Luiz Rodrigues Biscaia. O Sindicato Rural de Altônia é representado pelo seu presidente, Braz Reberte Pedrini. A eleição foi no dia 4 de agosto.

Sistema FAEP participa da capacitação de técnicos da Adapar

Os 131 novos servidores nomeados pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) estiveram reunidos durante os dias 4 a 5 de agosto para um treinamento realizado em parceria com o Sistema FAEP /SENAR-PR.



O evento teve a participação dos supervisores regionais, gerentes, coordenadores de programas e responsáveis de divisão da Agência. O programa para os 74 Fiscais de Defesa Agropecuária (FDA) e 57 Assistentes de Fiscalização de Defesa Agropecuária (AFDA), envolve todos os procedimentos administrativos relacionados aos cargos, bem como conhecimento sobre a relevância do trabalho executado pela Adapar.

O programa incluiu apresentações dos principais trâmites documentais, direitos e deveres dos servidores e atribuições das diferentes diretorias e gerências que compõe a Adapar. Representantes do setor privado trouxeram informações sobre a importância da sanidade agropecuária, desde a produção até o mercado. A segunda etapa do treinamento, fase específica, foi realizada no Centro de Treinamento Agropecuário do SENAR-PR, em Ibiporã, de 10 a 21 de agosto, exclusivamente aos FDA, médicos-veterinários e engenheiros-agrônomo, para aprofundamento de conhecimentos técnicos, programas e ações executadas pela Adapar em todo o Estado.

I Congresso Estadual da Agropecuária

O Sistema FAEP apoiou o I Congresso Estadual da Agropecuária, em Umuarama, no dia 27 de agosto, realizado pelo bloco parlamentar temático agropecuário da Assembleia Legislativa do Paraná, presidido pelo Deputado Claudio Palozzi e a Universidade Paranaense (Unipar).

O objetivo foi discutir as principais demandas do setor agropecuário para médio e longo prazo.

Cinco temas foram eleitos para compor os debates: A agroindustrialização e diversificação de produção; O acesso a terra e habitação rural; a estrutura viária e conservação de solo e água, a assistência técnica e organização rural.

Seminários Tendências de Mercado de Grãos



A FAEP promoveu os Seminários Tendências de Mercado de Grãos, no período de 28 de junho e 7 de agosto, com o consultor econômico e especialista em agrobusiness Flávio França Jr.

O evento começou em Ponta Grossa, seguiu para Guaruapuava e sucessivamente Pato Branco, Cascavel, Medianeira, Cornélio Procópio, Londrina e finalmente Maringá. França Jr. atraiu centenas de produtores rurais, antenados com a importância não só de produzir, mas cientes de que a diferença entre o prejuízo ou o lucro pode estar na estratégia de comercialização.



Seminário Mercado de Grãos

Em parceria com o Sindicato Rural de Londrina e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a FAEP realizou o Seminário Mercado de Grãos, em Londrina, dia 26 de novembro. Os palestrantes foram o pesquisador Mauro Osaki da CEPEA/ESALQ/USP, que apresentou Custo de

Produção Agrícola no Paraná; Dionisio Luiz Pisa Gazziero, pesquisador da Embrapa Soja palestrou sobre as Técnicas de manejo de plantas daninhas: Buva e capim amargoso e Paulo Roberto Molinari, da Safras & Mercados, apresentou o Cenário e Perspectivas do mercado de grãos.

XXIX Congresso Brasileiro de Agronomia

A FAEP foi uma das patrocinadoras do XXIX Congresso Brasileiro de Agronomia (CBA), em Foz do Iguaçu, de 4 a 7 de agosto, com o tema “Desafios e Oportunidades Profissionais”. O evento contou com a presença de cerca de 2 mil engenheiros-agrônomo e foi uma promoção da Confederação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (Confaeab) e organizado pela Federação dos Engenheiros-Agrônomos do Paraná.

Os agrônomos discutiram o futuro da agropecuária no Brasil e as alternativas viáveis seguindo uma tendência sustentável, garantido às próximas gerações um ambiente equilibrado e

produtivo. Na grade de discussões, outros temas como a importância da utilização de projetos integrados de produção nas propriedades, resistência de pragas e plantas invasoras, o futuro da biotecnologia, a infraestrutura e logística da agropecuária e aspectos legais na emissão do receituário agrônomo, entre outros assuntos que afetam diariamente no exercício profissional.



EVENTOS INTERNACIONAIS E RECEPÇÃO DE GRUPOS ESTRANGEIROS



42ª Cosalfa

Em abril de 2015, na cidade de Quito, no Equador, foi realizada a 42ª sessão da Comissão Sul-americana para Luta Contra a Febre Aftosa (Cosalfa), com a organização local da Agência Equatoriana de Defesa Agropecuária (Agrocalidad). A FAEP, historicamente, participa das reuniões anuais da Cosalfa como observadora, buscando

manter-se informada das ações estratégicas no controle e erradicação da febre aftosa no continente.

Foi apresentada a necessidade de se criar um banco de antígenos para dar suporte a uma futura estratégia de retirada da vacinação, para produção de vacinas no caso de emergências sanitárias. Porém não há consenso quanto ao financiamento do projeto, que, em função do alto custo, deve ser compartilhado pelos países da América do Sul. Há, igualmente, um posicionamento predominante dos representantes brasileiros, no sentido de que tal banco de antígenos somente será necessário quando o país como um todo estiver próximo a alcançar o status de livre de febre aftosa sem vacinação.

Quanto à execução do Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa (PHEFA), cujo objetivo é alcançar o status de livre sem vacinação até 2020, observou-se que há razoável atraso, provavelmente não sendo possível antes de 2025. A 43ª edição do evento foi agendada para abril de 2016, no Uruguai, em local ainda a ser definido.

75ª Reunião Extraordinária da Cosalfa

Em outubro de 2015, em Cuiabá (MT), foi realizada a 5ª reunião extraordinária da Cosalfa.

Foi apresentado aos participantes o relatório de atividades recentes de cooperação técnica do Centro Pan-americano de Febre Aftosa (Panaf-tosa), que detalhou as ações realizadas em países como

Suriname, Guianas e Venezuela.

Além disso, foi apresentada e validada a proposta da publicação de um “Guia Técnico de Trabalho” que trata dos alinhamentos técnico-epidemiológicos e metodologias para enfrentar os principais desafios dos países e da sub-região, na última etapa do PHEFA.



83ª Sessão Geral da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)

Anualmente a FAEP participa da Sessão Geral da Organização Mundial de Saúde Animal. A 83ª edição do evento ocorreu entre os dias 24 e 29 de maio de 2015. A assembleia tem por objetivo principal adotar normas internacionais em sanidade animal para orientar o comércio internacional e definir resoluções de lutas contra as principais enfermidades animais. Entre os temas técnicos de interesse geral está a situação sanitária mundial, informada durante a reunião e que se completa com dados fornecidos pelos países membros.

A adoção de modificações no Código para Animais Terrestres nos critérios para o reconhecimento de países ou zonas livres de febre aftosa foi um dos principais destaques dessa edição do evento. Entre os diversos certificados de zonas livres de enfermidades, os estados brasileiros de Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram reconhecidos como livres de peste suína clássica. Esse status é pretendido pelo Paraná, que atualmente trabalha com o objetivo de alcançá-lo em 2016.

Recepção de Grupos Estrangeiros

Em 2015, o Sistema FAEP recebeu três comitivas internacionais, interessadas em conhecer o agronegócio do Brasil e do Paraná. A FAEP apresentou um panorama completo da produção agropecuária nacional e estadual. O primeiro grupo era formado por 32 produtores de diversas regiões da Suíça, que, após conhecerem propriedades no Rio Grande do Sul e nas regiões de Castro, Guarapuava e Cascavel, visitaram a sede do Sistema FAEP, em Curitiba.

A FAEP recebeu também um grupo de 19 alemães da região da Bavária. Liderados pelo vice-presidente do Sindicato Rural de Rolândia, a delegação era formada por mestres em agropecuária, responsáveis pelo suporte tecnológico e treinamentos aos produtores rurais daquele país.

Uma comitiva composta por cinco docentes de uma escola agrícola dinamarquesa também visitou a sede do Sistema, em agosto. Os professores estavam interessados em conhecer a pecuária leiteira paranaense e na estruturação de um projeto de intercâmbio.



SINDICAL

A FAEP procura desenvolver atividades de sustentação aos sindicatos rurais para que eles tenham toda a assessoria necessária no atendimento de seus associados. Veja alguns dos serviços desenvolvidos pelo Departamento Sindical da FAEP em 2015:



Capacitações

A FAEP entende que o treinamento serve como base para melhorar os procedimentos e disponibilizar mecanismos e a criação de novas ferramentas que auxiliem os sindicatos rurais. São realizadas capacitações com o objetivo de tornar os funcionários dos sindicatos aptos e atualizados para a prestação de serviços aos produtores rurais.

Imposto de Renda

Foi realizada a capacitação de funcionários de sindicatos nos Centros de Treinamento do SENAR-PR de Assis Chateaubriand e Ibiporã, e em Curitiba, sobre o correto

preenchimento dos formulários do Imposto de Renda de Pessoa Física. Com informações sobre como planejar e organizar as despesas e receitas da atividade rural visando à apuração eficiente do Imposto de Renda.

Departamento de Pessoal

Foram capacitados em Curitiba 67 funcionários dos sindicatos rurais na área de Departamento de Pessoal.

DP/INCRA

Na área fundiária foram habilitados 113 funcionários dos sindicatos em Curitiba, quanto ao preenchimento eletrônico das declarações cadastrais no INCRA, cálculo do Grau de Utilização da Terra (GUT) e Grau de Eficiência na Exploração (GEE), bem como o cálculo do módulo rural.

Municipalização do Imposto Territorial Rural

O governo federal municipalizou o Imposto Territorial Rural (ITR), o que gerou uma série de diferenças de valores cobrados. A FAEP consultou uma especialista, a professora Regina Lucia Sanches Malassise (coordenadora do curso de Educação à distância de Ciências Econômicas da Unopar) que realizou um estudo sobre formas de definir o Valor da Terra Agrícola e a tabela de progressão segundo o uso da área. A entidade contratou um estudo sobre o tema e enviou ofício a Receita Federal solicitando a disponibilidade do Sistema de Preço de Terra (SIPT), com base na Lei nº 12.527/2011, de acesso a informação. Entre os questionamentos no que se refere ao ITR estão: as normas de execução e fiscalização; quais os municípios informaram o VTN que realizaram o curso para fiscalização na Esat; quais municípios dispõem do requisito para convenio; orientação de metodologia de pesquisa e própria fiscalização; critérios para quantificação / parametrização; teor de todas as decisões do CGITR; o responsável e a quantidade de autuações, recursos e decisões e seu teor.



ITR/ADA

Foi realizada a capacitação de 89 funcionários dos sindicatos rurais sobre Imposto Territorial Rural (ITR) e Ato Declaratório Ambiental – (ADA), cursos que se complementam entre e têm por objetivo tornar os participantes aptos a efetuar o download dos programas, análise de documentos e o correto preenchimento das declarações disponibilizadas pela Secretária da Receita Federal (SRF) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama). Os cursos ocorreram em Curitiba.

Processo Eleitoral

Permanentemente é atualizada a Proposta de Roteiro Eleitoral, conforme as leis, portarias e normas vigentes, apresentando os modelos de documentos que deverão ser adaptados conforme estatuto do sindicato ou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Este trabalho possibilita aos sindicatos atender todos os requisitos para atingirem a regularidade eleitoral e a validação da atualização do Cadastro Nacional de Entida-

des Sindicais junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. Foram realizados treinamentos para capacitar e atualizar os funcionários dos sindicatos rurais para realizarem o processo eleitoral. Foram apresentadas as novas alterações, principalmente à Portaria 326/2013 do Ministério do Trabalho e Emprego, demonstrando a importância das documentações e comprovações necessárias para cada fase que compõem a eleição sindical.

Os sindicatos rurais que participaram das capacitações foram os sindicatos de Almirante Tamandaré, Andirá, Arapotí, Araucária, Assis Chateaubriand, Astorga, Bandeirantes, Bela Vista do Paraíso, Cafelândia, Candido de Abreu, Carlópolis, Cascavel, Centenário do Sul, Castro, Corbélia, Chopinzinho, Coronel Vivida, Francisco Beltrão, Guaira, Londrina, Marilândia do Sul, Morretes, Paranavaí, Pirai do Sul, Porecatu, Querência do Norte, Ribeirão Claro, Santa Mariana, Santo Antônio do Sudoeste, São João do Triunfo, São João, São Jorge do Ivaí, São José da Boa Vista, São Mateus do Sul, Sertãoópolis, Tibagi, Toledo e Uraí.

Conforme protocolos do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2015 no Paraná foram validadas 49 atualizações no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, sendo estas atualizações de Diretoria e de Filiação dos Sindicatos. Regularidade Eleitoral.

Em 2015 foram emitidos 60 certificados de regularidade eleitoral para os seguintes sindicatos rurais: Abatiá, Almirante Tamandaré, Alto Piquiri, Alvorada do Sul, Arapongas, Assaí, Assis Chateaubriand, Astorga, Bandeirantes, Campina da Lagoa, Capanema, Centenário do Sul, Chopinzinho, Cianorte, Congonhinhas, Contenda, Corbélia, Curiúva, Engenheiro Beltrão, Goioerê, Grandes Rios, Icaraíma, Iporã, Ivaté, Joaquim Távora, Juranda, Laranjeiras do Sul, Loanda, Mandaguaçu, Mangueirinha, Marialva, Matelândia, Nova Cantú, Nova Esperança, Paraíso do Norte, Paranacity, Perola d'Oeste, Pirai do Sul, Ponta Grossa, Porecatu, Pranchita, Reserva, Ribeirão Claro, Santa Mariana, Santa Terezinha de Itaipu, Santo Antônio da Platina, São João, São João do Caiuá, São João do Triunfo, São Jorge do Ivaí, São Jorge do Patrocínio, São José da Boa Vista, Sapopema, Sertãoópolis, Toledo, Três Barras do Paraná, Turvo, Ubitatã, Umuarama e Uraí.



Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)

Em 2015, a FAEP acompanhou o registro de todas as Convenções Coletivas elaboradas por 63 Sindicatos Rurais abrangendo 97 municípios do Paraná. Deste total, 42 sindicatos, abrangendo 56 municípios, firmaram Acordos Coletivos de Trabalho.

Este acompanhamento é realizado numa parceria entre a Assessoria Jurídica com o apoio administrativo do Departamento Sindical.

Mensalmente, o relatório de Convenção Coletiva de Trabalho e de Acordo Coletivo de Trabalho, foi disponibilizado no Sindicato Online para o acesso de todos os Sindicatos Rurais do Paraná.

Valor Da Terra Nua (VTN 2015)

Os sindicatos rurais mantiveram contato com os técnicos do Departamento de Economia Rural (Deral), na elaboração da Tabela de Valores da Terra Nua 2015, base de cálculo do ITR.

Participaram de reuniões e encaminharam as respectivas atas, um total de 50 sindicatos rurais: Alto Paraná, Céu Azul, Cidade Gaúcha, Colorado, Corbélia, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Iporã, Irati, Ivaiporã, Pitanga, Candido de Abreu, São Pedro do Ivaí, Manoel Ribas, São João do Ivaí, Grandes Rios, Faxinal, Jandaia do Sul, Jaguariaíva, Japurá, Loanda, São Pedro do Paraná, Porto Rico, Mandaguaçu, Mariluz, Toledo, Matelândia Morretes, Nova Aurora, Nova Londrina, Marilena, Itaúna do Sul, Palmeira, Paranacity, Cruzeiro do Sul, Inajá, Jardim Olinda, Paranaipoema, Pinhão, Querência do Norte, Ribeirão Claro, Santa Cruz de Monte Castelo, Santo An-

tônio da Platina, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Planaltina do Paraná, Terra Rica, Umuarama, Uraí e Vera Cruz do Oeste.



Casa em Ordem

O Programa Casa em Ordem existe há 12 anos, com o objetivo de orientar os produtores rurais sobre os procedimentos corretos em cumprimentos às leis, decretos, instruções normativas e toda a legislação pertinente às atividades agropecuárias.

Em 2015 foram realizadas 65 palestras do Programa Casa em Ordem, com a participação de 2.580 pessoas, atendendo à solicitação dos sindicatos e com participação no Programa Empreendedor Rural (PER).

Contabilidade Sindical

Os sindicatos rurais do Paraná contam com o suporte contábil, tributário e trabalhista do Departamento Sindical, que elabora a contabilidade de 73 sindicatos.

Para o suporte contábil é disponibilizado os seguintes serviços:

- Auxílio nas obrigações trabalhista e previdenciária para os cálculos trabalhistas e de encargos;
- Informações sobre aplicações financeiras;
- Instruções para apresentação dos demonstrativos contábeis em Assembleia Geral;
- Orientação de novos funcionários dos sindicatos rurais;
- Suporte para elaboração de demonstrativos contábeis e do plano de contas dos sindicatos rurais;
- Assessoria na elaboração das declarações e obrigações exigidas pela Receita Federal, tais como Declaração de Imposto de Renda pessoa física e jurídica, inscrição e alteração no cadastro CNPJ, DIRF, DCTF, ITCMD;

• Orientação e suporte sobre a Certificação Digital ICP Brasil – Infraestrutura de Chaves Públicas;

• Elaboração da proposta orçamentária dos sindicatos para o ano seguinte;

Para ajudar os sindicatos rurais no acompanhamento do orçamento anual, a FAEP disponibilizou mais um software de Controle Orçamentário, que permite ao sindicato acompanhar a execução orçamentária.



JURÍDICO



A FAEP mantém uma Assessoria Jurídica prestando serviços de atendimento e orientação jurídica direta ou indiretamente a todos os produtores rurais do Paraná, orientando os sindicatos rurais filiados em suas necessidades jurídicas e acompanhando as realizações de todo o Processo Eleitoral dos Sindicatos Rurais, primando pela legalidade e credibilidade destes procedimentos.

Da mesma forma, atua na defesa dos interesses e direitos dos seus representados com medidas judiciais e atuações em todas as instâncias, buscando sempre a legalidade e legitimidade das ações do Sistema FAEP/SENAR-PR.

O trabalho desenvolvido em 2015 possibilitou que o sistema FAEP mantivesse sua arrecadação, apesar de toda a situação econômica pela qual o país atravessa, com cobranças extrajudiciais e ações judiciais de cobrança da Contribuição Sindical Rural. Os inadimplentes são in-

formados constantemente de sua situação no intuito de buscar acordos para essas pendências, sem a necessidade de medidas judiciais.

Com o objetivo de uniformizar as informações são realizadas reuniões com os advogados que são prepostos da FAEP, visando esclarecimentos e aprimoramento nos procedimentos das cobranças judiciais, bem como identificar os problemas de cada região e suas particularidades.

Para as ações de cobrança na Justiça do Trabalho são disponibilizados todos os recursos e suporte necessário, buscando cada vez mais credibilidade para o sistema sindical.

Regularização fundiária em Guaíra

Mais de dois mil produtores rurais participaram, no último dia 22 de agosto, do Fórum Nacional de Regularização

Fundiária, realizado em Guaíra (região Oeste do Paraná) para debater a ocupação ilegal de terras por indígenas. O evento, promovido pela Subcomissão de Assuntos Fundiários da Câmara Federal, culminou na elaboração do “Pacto de Guaíra”, uma carta que reúne as reivindicações da classe produtora em relação à questão fundiária na região.

Em suas 14 reivindicações centrais, o documento pede sobretudo, respeito à classe rural, que vê seus direitos serem desrespeitados sistematicamente por invasões de indígenas e de integrantes do MST. Assinada por diversas entidades representativas da sociedade, órgãos governamentais e prefeitos da região, a carta pede a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 215/2000, que transfere para o Congresso Nacional a competência para aprovar a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por índios, que hoje é prerrogativa da União. Também pede a aprovação da PEC nº

71/2011, que dispõe sobre o pagamento de indenizações aos proprietários de terras declaradas como indígenas. Atualmente o pagamento refere-se apenas às benfeitorias da terra, a PEC altera essa questão possibilitando o pagamento integral da propriedade pelo seu valor de mercado.

A FAEP participou da discussão representada pelo presidente do Sindicato Rural de Cascavel e vice-presidente da FAEP, Paulo Orso, o assessor jurídico Klauss Dias Kuhnen e presidentes dos sindicatos rurais de Terra Roxa Wagner da Silva e de Guaíra.



Audiência Pública

A FAEP participou de audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural na Câmara Federal em Brasília, no dia 8 de outubro, para debater as invasões de áreas produtivas no Paraná. A FAEP destacou a necessidade de uma ação efetiva dos órgãos competentes para que os direitos do produtor rural não sejam desrespeitados e haja segurança jurídica no campo. Em 2015 foram 20 novas invasões no Paraná. No total existem 72 conflitos por terra no Estado, 59 em fase de negociação com o Incra e 13 em discussão na justiça, com pedido de reintegração de posse. Os prejuízos são difíceis de serem quantificados, há vandalismos em equipamentos, máquinas, roubo e morte de animais, entre outros.

Participaram da audiência pública o superintendente do In-

cra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes; o secretário de Segurança Pública do Paraná, Wagner Mesquita de Oliveira; o coordenador de Mediação dos Conflitos da Terra da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, Major Valdir Carvalho de Souza; o prefeito de Quedas do Iguaçu, Edson Juscemar Hoffman; além de representantes da fazenda Araupel.

As invasões de terra pelo MST e outros assuntos referentes a questões indígenas também foram tema de reuniões realizadas com o assessor especial para Assuntos Fundiários da Casa Civil, Hamilton Luiz Serighelli, com o presidente do Sistema FAEP, Ágide Menequette, diretores e assessores da federação.

Faixa de Fronteira

Desde 1999, a FAEP vem trabalhando sistematicamente pela regularização das áreas em faixa de fronteira, imóveis compreendidos em área máxima de até 150 quilômetros na divisa.

Há milhares de processos paralisados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) devido à falta de uma legislação, agora a situação foi resolvida com a publicação da Lei nº 13.178/2015, no Diário Oficial da União (DOU), de 22 outubro, que regularizou a situação de produtores rurais com áreas em faixas de fronteiras. Com a nova legislação, as áreas com até 15 módulos fiscais, que no Paraná representam 95% os imóveis rurais, serão regularizadas imediatamente.

Até 15 módulos fiscais a ratificação é automática. Pela lei, áreas acima de 15 módulos fiscais terão que cumprir alguns requisitos, como, por exemplo, os produtores terão que fazer o georreferenciamento, o qual deve ser aprovado pelo Incra, e atualizar os dados perante o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).



Tribunal Regional do Trabalho (TRT)

Os procedimentos de ações de cobrança da Contribuição Sindical Rural junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) mudaram em 2015. Tornou-se necessária a entrega de memoriais e diálogo com os desembargadores com a finalidade de demonstrar a peculiaridade de cada processo e a defesa efetiva dos processos. Também foram acompanhados os processos nas pautas de julgamento com a possibilidade de esclarecimentos de dúvidas, dando maior agilidade aos processos. Com isso foram quebrados antigos paradigmas e houve maior êxito na reversão de ações com sentença improcedente no primeiro grau.

Foram vários temas discutidos como a constitucionalidade da alínea “c” do Decreto-Lei nº 1.166/1971, a validade da notificação com aviso de recebimento, efetuada pela CNA/FAEP antes do ajuizamento e a validade do enquadramento por módulos rurais descritos no Decreto-Lei nº 1.166/1971. Todas as decisões têm reforçado a legitimidade da Contribuição Sindical, respaldando também a representatividade da FAEP como entidade sindical da categoria.

Ação Civil Pública

A Assessoria Jurídica da FAEP reverteu a decisão do TRT confirmando a manutenção do DL nº 1.166/1971 para fins de enquadramento sindical rural, garantido a estabilidade das relações sindicais no campo e a regular cobrança da Contribuição Sindical Rural, tanto para categoria

econômica dos empresários rurais quanto para a categoria profissional dos trabalhadores rurais.

Municipalização ITR

A assessoria jurídica da FAEP orienta sindicatos e produtores rurais em relação ao Imposto Territorial Rural (ITR) dialogando com prefeituras e Receita Federal buscando evitar que excessos e abusos sejam cometidos. Foram promovidos diversos encontros com autoridades e lideranças orientando os produtores sobre a importância de se declarar o ITR de maneira correta, prevenindo o produtor rural de futuros problemas que possam ocorrer com equívocos lançados na DITR.

Ações Conjuntas

Os departamentos da FAEP atuam de forma conjunta para a aprovação de medidas de interesse do setor rural, como por exemplo, as questões ambientais, com destaque para o Decreto Estadual nº 2.711/2015, que regulamenta, dentre outros temas, o Programa de Regularização Ambiental (PRA). A FAEP também desempenhou um papel fundamental na elaboração de um texto de consenso para o PL nº 6.459/2013, que regulamenta os contratos de integração entre produtor e indústria. As emendas que destravaram a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados foram elaboradas e defendidas pela FAEP em diversos encontros com representantes dos produtores e da indústria.

Merece destaque ainda a atuação da FAEP no Projeto Rede Ambiental, em que os produtores estavam sendo convocados a assumirem compromissos ambientais sem antes terem acesso a todas as informações. Desse modo, evitou-se o comprometimento com obrigações impossíveis de serem cumpridas ou em desacordo com a legislação vigente.

O governo do Estado atendeu a solicitação da FAEP para a prorrogação do Programa de Parcelamento de Débitos (PPD), dando mais tempo para que o produtor rural pudesse aderir e obter desconto e parcelamento de seus débitos com o Estado do Paraná.



COMUNICAÇÃO SOCIAL

Responsável pela publicação do Boletim Informativo do Sistema FAEP, que já tirou mais de 1.300 edições desde sua criação, em setembro de 1985, a área de Comunicação Social também organiza a comunicação digital, produz material institucional e concentra os contatos com a imprensa.



O Boletim começou com notícias datilografadas e impressas em um mimeógrafo. Hoje é a revista do Sistema FAEP, conhecida por sua independência e autonomia na defesa dos interesses dos produtores rurais. Conta com 32 páginas semanais, entregues a 26 mil assinantes, faça chuva ou faça sol. Esses leitores são produtores rurais, lideranças, sindicais, federações, políticos, técnicos, agrônomos, juizes e profissionais que acompanham o agronegócio paranaense.

Sua produção envolve uma equipe de jornalistas, técnicos dos departamentos da casa como o Departamento Técnico Econômico (DTE), Assessoria Jurídica, Sindical e da Gerencia Técnica do SENAR-PR, além dos sindicatos rurais e dos próprios leitores, que mandam sugestões.

Em 2015, foram 44 edições com notícias das principais culturas produzidas no Estado, de temas que impactam o setor como meio ambiente e infraestrutura até questões políticas que impactam na atividade e notícias sindicais. Tudo intercalado com um pouco de História, as crônicas da página 32 e as páginas do Via Rápida que são muito comentadas pelos leitores.

Comunicação Digital

O Portal do Sistema FAEP – que inclui vídeos e áudios especialmente produzidos pela equipe da Comunicação – recebeu em 2015 mais de 250 mil visitas de internautas de várias regiões do Paraná e do Brasil. Nas redes sociais, facebook e no Twitter, os internautas acompanham as notícias e eventos do Sistema FAEP com um alcance em média de duas mil pessoas. Em 2015, foram criados sites especiais para a Rotulagem, com orientações sobre a resolução da Sesa nº 748/2014, e para a Aliança Láctea Sul Brasil.

As comissões técnicas e os presidentes de sindicato também se mantêm informados das principais ações do Sistema FAEP/SENAR-PR via whatsapp, podendo ainda compartilhar informações de seus sindicatos. A FAEP envia às segundas-feiras o Boletim do Infoagro e recebe diariamente e-mails através do endereço “Fale Conosco”, canal de comunicação do público com o portal, que são respondidos de forma criteriosa e personalizada.



Material Institucional



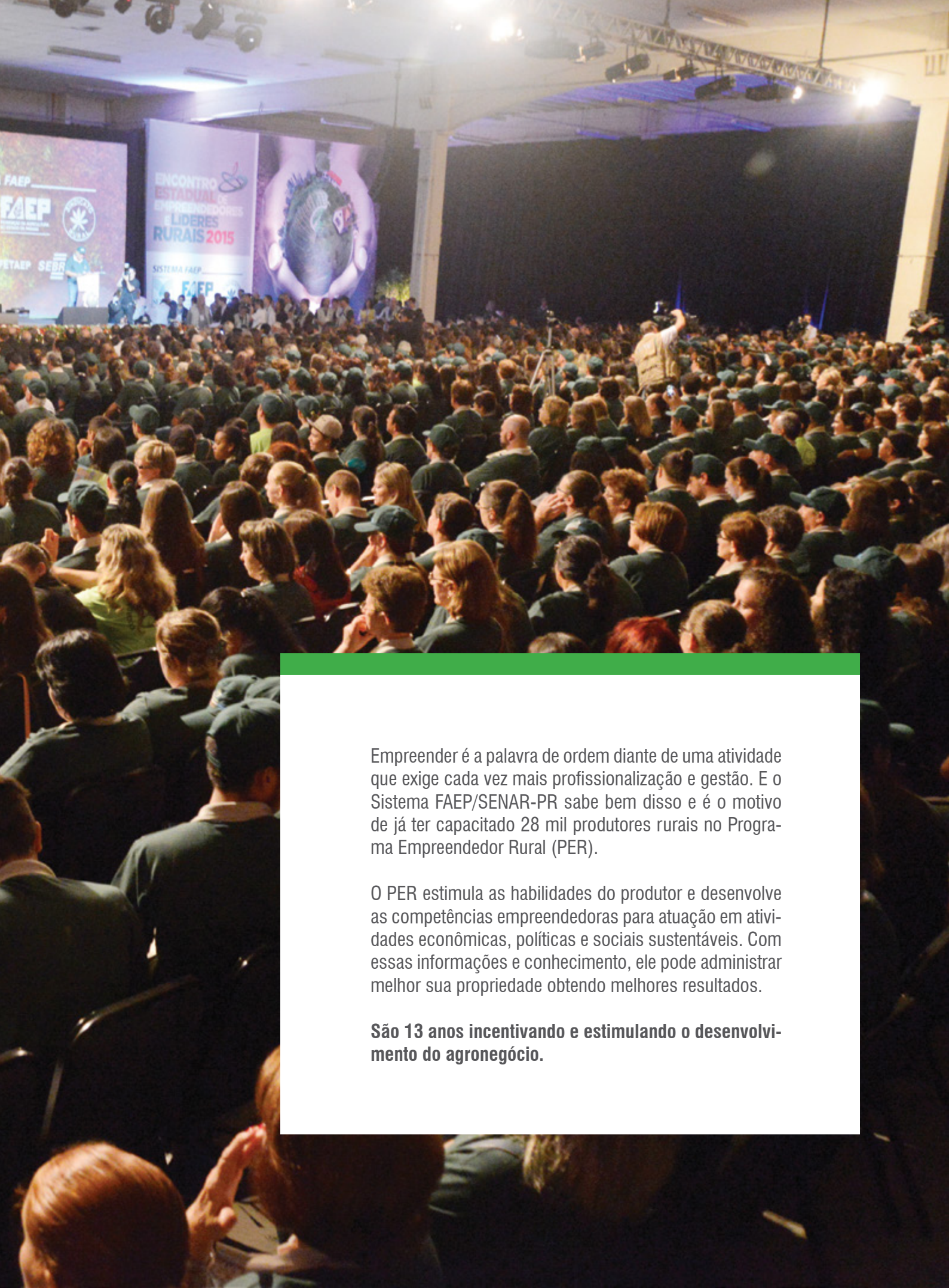


Em 2015, foram produzidos diversos materiais especiais para manter nosso público bem informado. São folders, anúncios, cartazes, cartilhas etc. muitos realizados em parceria com várias instituições. Campanhas organizadas ou apoiadas pela Federação também receberam material gráfico produzido pela equipe da Comunicação Social.



SIDE MENEGUETTE
SISTEMA DO SISTEMA FAEP-SENAR/PT

SISTEMA
SENAR
RACIÓ



Empreender é a palavra de ordem diante de uma atividade que exige cada vez mais profissionalização e gestão. E o Sistema FAEP/SENAR-PR sabe bem disso e é o motivo de já ter capacitado 28 mil produtores rurais no Programa Empreendedor Rural (PER).

O PER estimula as habilidades do produtor e desenvolve as competências empreendedoras para atuação em atividades econômicas, políticas e sociais sustentáveis. Com essas informações e conhecimento, ele pode administrar melhor sua propriedade obtendo melhores resultados.

São 13 anos incentivando e estimulando o desenvolvimento do agronegócio.

Expediente

Textos

Comunicação Social
Departamento Técnico-Econômico
Departamento Sindical
Assessoria Jurídica

Fotos

Fernando Santos, Milton Dória, Gilson Abreu,
Lineu Filho, Michel Willian e Arquivo FAEP

Projeto Gráfico e Diagramação

Diogo Figuel

Realização

Comunicação Social do Sistema FAEP

Jornalista Responsável

Cynthia Calderon / 4796 DRT-PR

SISTEMA FAEP



R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar

CEP 80010-010 | Curitiba-PR

Fone: 41 2169.7988 | Fax: 41 3323.2124

www.sistemafaep.org.br

faep@faep.com.br



Rua Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010.010 | Curitiba-PR
Fone: (41) 2169.7988 | Fax: (41) 3323.2124
email: faep@faep.com.br
www.sistemafaep.org.br